

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 4 DE NOVEMBRO DE 2013

NÚMERO 6.617

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Silvio Dreveck
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Altair Silva
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Altair Silva
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Altair Silva
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Silva
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.ale.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 025ª Sessão Especial realizada em 1º/08/2013, às 19 Horas em Homenagem ao Centenário do Escotismo2</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas.....7 Aviso de Licitação20 Portarias20 Redações Finais23</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 025ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2013, ÀS 19 HORAS

EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO ESCOTISMO

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a presença de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as autoridades a seguir nominadas para compor à mesa:

Excelentíssima senhora deputada estadual e proponente desta sessão, Ana Paula Lima;

Senhor diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil, região de Santa Catarina, Nadir Antônio Mussio;

Senhor diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil, Marco Aurélio Romeu Fernandes;

Senhor coronel Ilon Joni de Souza, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Nazareno Marcineiro;

Senhor diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil, região do Rio de Janeiro, Carlos Frederico dos Santos;

Reverendíssimo assessor religioso da União dos Escoteiros do Brasil, região de Santa Catarina, padre José Edgard de Oliveira.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em comemoração ao centenário do escotismo em Santa Catarina foi convocada por solicitação da sra. deputada Ana Paula Lima e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência registra e agradece a ilustre presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor José Cláudio Caramori, prefeito do município de Chapecó, que durante muitos anos foi escoteiro e hoje dirige uma das mais importantes cidades de Santa Catarina;

Senhor diretor da União dos Escoteiros, região do Paraná e representante da área geográfica sul no Conselho de Administração Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, Sérgio Marangoni Alves;

Senhor primeiro-vice-presidente da União de Escoteiros do Brasil, Renato Bini;

Senhor diretor de Projetos da União de Escoteiros do Brasil, Celso Thadeu Carneiro de Menezes;

Senhor diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil no período de 2007 a 2013, Sido Gessner Júnior;

Senhor diretor presidente do Grupo Escoteiros Leões do município de Blumenau, Marcel Hugo;

Senhora guarda-marinha Ana Carolina Coelho, neste ato representando o comandante

da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, Alexandre Fontes Sampaio;

Senhor suboficial da Capitania dos Portos de Santa Catarina, Robson Bizon Vieira, neste ato representando o capital-de-mar-e-guerra Hilbert Strauss;

Senhor vice-presidente da Associação dos Conselhos Comunitários de Segurança do município de Blumenau, Osni Luiz Beahr;

Senhor secretário parlamentar Antônio José da Silva, neste ato representando o deputado federal João Alberto Pizzolatti Júnior.

A seguir, teremos a apresentação de documentário do Movimento Escoteiro produzido pela TV AleSC.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Palmas)

Esta Presidência quer cumprimentar, de público, a equipe da TV Assembleia pela realização do belo documentário.

Neste momento convido, com muita alegria, a deputada Ana Paula Lima, autora do requerimento que ensejou a presente sessão, para fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Prezado presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, colega, amigo, deputado Joares Ponticelli.

Meus cumprimentos ao diretor-presidente da União dos Escoteiros do Brasil, região de Santa Catarina, sr. Nadir Antônio Mussio, com quem tivemos várias conversas a fim de que hoje pudéssemos estar realizando a presente sessão.

Quero cumprimentar o diretor-presidente da União dos Escoteiros do Brasil, sr. Marco Aurélio Romeu Fernandes, desde já dando-lhe as boas-vindas ao nosso estado.

Cumprimento também o coronel Ilon Joni de Souza, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Nazareno Marcineiro.

Saúdo o diretor-presidente da União dos Escoteiros do Brasil, região do Rio de Janeiro, sr. Carlos Frederico dos Santos.

Agradeço a presença do reverendíssimo assessor religioso da União dos Escoteiros do Brasil, região de Santa Catarina, padre José Edgar de Oliveira, que tem 54 anos de escotismo.

Enfim, quero cumprimentar a todos os colegas, os jovens presentes.

(Passa a ler.)

"É com grande alegria que a Assembleia Legislativa recebe a todos e a todas neste 1º de agosto, Dia Mundial do Escotismo.

Vivemos um tempo novo, de grandes transformações, cada vez mais velozes e impactantes em todas as dimensões da vida. Vivemos uma nova era. Há um mundo novo onde tudo e todos estão sendo questionados. Tudo parece ser provisório e mutável. Entretanto, existem coisas que perduram, coisas que são perenes. Eu me refiro aos valores humanos eticamente consolidados. Essa é a proposta do escotismo, um movimento mundial que contribui para o desenvolvimento do jovem por meio da prática de um sistema de valores que prioriza a honra.

Procurando cumprir a promessa e a lei escoteira mediante a prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, os escoteiros assumem seu próprio crescimento, tornando-se um exemplo para todos, em especial para a juventude.

Os artigos da lei dos escoteiros pregam de forma simples, direta e objetiva a prática do bem. Honrar a palavra, ser leal, cortês, bom para animais e plantas, obediente, alegre, disciplinado e limpo de corpo e alma são valores contemplados por esse documento. Tudo muito coerente com a flor de liz, que simboliza o desenvolvimento do corpo e do espírito. Exatamente porque o escotismo é um movimento dedicado à disseminação e à prática de valores tão caros à cidadania, é que estamos aqui reunidos em sessão especial.

Hoje já são mais de sete mil jovens praticando o escotismo, divididos em mais de cem grupos nos 11 distritos escoteiros em Santa Catarina.

Os momentos de dor como, por exemplo, nas catástrofes naturais que ocorreram em nosso estado, nas situações de emergência, a figura do escoteiro sempre se faz presente estendendo a mão firme e serena para confortar o próximo.

No cotidiano o escoteiro permanece 'sempre alerta' para praticar ao menos uma boa ação diária, fortalecendo o próprio caráter e dando exemplo de cidadania.

Antes de finalizar, sr. presidente, quero transmitir de público um agradecimento vindo da casa lar de Rio Negrinho, um abrigo para crianças em situação de vulnerabilidade social.

Durante o acampamento regional do centenário, na semana passada, os escoteiros, aplicando o lema servir, propiciaram um novo alento àquela instituição que atende a crianças

em situação de vulnerabilidade social. Além dos cuidados com as instalações físicas da casa, através de diversas providências proporcionaram momentos culturais e de lazer para as crianças lá abrigadas.

Esse exemplo foi tão marcante e significativo que as crianças daquela instituição passaram a manifestar o desejo de se tornar escoteiras.

Para encerrar, devo afirmar que me sinto privilegiada por ter a oportunidade de prestar esta singela homenagem aos escoteiros e escoteiras da nossa bela Santa Catarina.

Muito obrigada!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Joares Ponticelli) - Como forma de prestigiar os colegas parlamentares proponentes de sessões solenes e especiais, tenho procurado dirigir os primeiros momentos dessas sessões, para depois, num gesto de reconhecimento, de valorização, passar a condução dos trabalhos ao proponente.

Antes, porém, quero, ao tempo em que cumprimento a deputada Ana Paula Lima por haver provocado esta Casa com a proposta desta sessão, que foi prontamente atendida pelos demais 39 parlamentares, informar que esta solenidade está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e pela Rádio Aleesc Digital, a fim de mostrar um pouco mais aos catarinenses o quão vitoriosa é a centenária história do escotismo em Santa Catarina.

Quero, portanto, cumprimentá-la, deputada Ana Paula Lima, pela iniciativa. É uma bela história que merece ser destacada pela representação do povo catarinense. É uma escola de cidadania, solidariedade, comprometimento, doação, aperfeiçoamento do caráter e de preparação para uma vida melhor.

Na manhã de hoje estivemos em audiência com o governador Raimundo Colombo, juntamente com o deputado Ismael dos Santos, que é o presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas, criada este ano - e a deputada Ana Paula Lima é a vice-presidente -, ocasião em que tratamos dos encaminhamentos de um programa que iremos lançar nesta Casa, no dia 27 de setembro, para atendimento às famílias que têm entes queridos desvirtuados do caminho e que, infelizmente, perderam-se no triste caminho das drogas.

Assim, num primeiro momento serão aplicados R\$ 12 milhões. É evidente que é pouco dinheiro e que ainda teremos que buscar muito mais para que se possa fazer um atendimento maior e fomentar atividades para que possamos evitar o contato com a droga.

A verdade é que a reabilitação de um drogado tem um custo extremamente elevado. Nós estimamos algo em torno de R\$ 1.000,00/mês para o tratamento de uma pessoa que, infelizmente, desvirtuou-se para esse caminho. E ao olharmos para o investimento que o estado tem que fazer para a manutenção de um presidiário, algo próximo dos R\$ 3.000,00 por mês, sentimos que precisamos inverter esse processo, já que o custo médio de um aluno em uma escola pública fica em torno de R\$ 35,00/mês.

Evidentemente que precisamos cuidar daqueles que precisam ser recolhidos pelas infrações e os crimes que cometeram; estender a mão àquelas famílias em desespero que não sabem mais em que porta bater para cuidar de seu ente que se desvirtuou para esse caminho. Mas ao longo desses 100 anos, a vitoriosa escola do escotismo em Santa Catarina deve ter evitado que muitos jovens adentrassem ao mundo das drogas. Até porque se uma só vida,

ao longo desses 100 anos, tivesse sido preservada do desvirtuamento, toda essa história já teria valido a pena.

Por fim, quero cumprimentar todos os voluntários na pessoa do sr. Renato Bini. Imagino que seja meu parente, porque a minha mãe é Bini, lá do alto vale do Itajaí e como sei que ele é de lá, deve ser meu parente. Assim, pela sua história, quero homenagear todos os voluntários, mulheres e homens que fazem esse grande trabalho.

Parabéns pelo centenário, que possamos estar aqui para comemorar juntos, pelo menos, o sesquicentenário.

Neste momento, passo a condução da sessão à deputada Ana Paula Lima.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Convido para compor a mesa o diretor da União dos Escoteiros da região do Paraná e representante da área geográfica sul do Conselho de Administração Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, sr. Sérgio Marangoni Alves.

Seja muito bem-vindo ao estado de Santa Catarina.

(Palmas)

Com a palavra, em nome dos membros juvenis dos escoteiros, a srta. Liz Cristin Moreira Coutinho.

A SRTA. LIZ CRISTINE MOREIRA COUTINHO - Boa-noite a todos.

(Passa a ler.)

"Antes mesmo de eu nascer, meus pais já participavam deste movimento. Conforme eu crescia, comecei a me envolver cada vez mais e sou muito feliz por isso. Fui lobinha, escoteira, guia e, atualmente, sou pioneira. Minha família, escola e outros grupos certamente foram e são importantes na minha formação, mas o escotismo tem uma grande parcela, ele me proporciona momentos de crescimento que não teria em outra instituição. Jovens precisam de confiança e desafio, valores que encontro no escotismo, pois somos incentivados por nossos chefes, por nossos amigos e principalmente por nós mesmos, a irmos além de nossos medos e limites, superando-os.

Em um mundo individualista, onde vemos um sobrepor-se ao outro de um modo tão egoísta, o movimento escoteiro destaca-se com ideais de cortesia e amizade, como 'ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião'. É incrível a dimensão do crescimento intelectual das pessoas ao aderirem às propostas de Baden-Powell e tenho certeza que isso contribuiu muito para a formação do meu caráter.

Nesse meio tive a oportunidade de conhecer diversas pessoas e descobrir novas culturas. Deixei de ser apenas uma mera participante e tornei-me protagonista da minha história. Agora, pioneira, quase adulta, sinto-me útil e atuante na comunidade, podendo praticar o lema do ramo pioneiro: servir.

Só quem é ou já foi escoteiro entende realmente esse meu orgulho, essa minha paixão. Nada como a certeza de que não estamos sozinhos na aventura, ter alguém para compartilhar os momentos de bagunça, sujeira e até mesmo para 'sorrir nas dificuldades'. Afinal, ser escoteiro é ser feliz e, como disse Baden-Powell, se você tiver o hábito de fazer as coisas com alegria, raramente encontrará situações difíceis'.

Sei que unidos podemos mais e assim o mundo tornar-se-á muito melhor do que o encontramos.

Sempre alerta!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Neste momento, a mestre-de-cerimônia Soraia Boabaid procederá à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) -Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao escotismo em Santa Catarina em comemoração ao seu centenário, por sua preocupação com o desenvolvimento humano, baseado na educação, no amor, na verdade e na justiça, ao formar cidadãos responsáveis, promovendo a fraternidade entre jovens e a cooperação mundial entre os países e organizações.

Convido a sra. deputada Ana Paula Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. Nadir Antônio Mussio, neste ato representando a União dos Escoteiros do Brasil da região de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marco Aurélio Romeu Fernandes, neste ato representando a União dos Escoteiros do Brasil.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo fará a entrega de medalhas aos grupos de escoteiros de Santa Catarina. Quanto aos certificados, serão entregues durante o coquetel.

Convido o diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil, região de Santa Catarina, sr. Nadir Antônio Mussio, para, acompanhado da deputada Ana Paula Lima, fazer a entrega das medalhas.

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Príncipe de Joinville.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro de Tubarão.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Anchieta.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Universo.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Ipê Amarelo.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Duque de Caxias.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro do Ar Hercílio Luz.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Pedra Branca.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Dom Pedro I.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro do Ar Jayme Janeiro Rodrigues.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Leões de Blumenau.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Brusque.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Lauro Müller.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Imaruí.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Desterro.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro do Mar Capitão Comandante Hassel.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro do Mar Ilhas Guarã.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro do Ar Major Brigadeiro do Ar Alberto Bins Neto.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Continente.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Costa Esmeralda.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Tangará.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Blumenau.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o representante do Grupo Escoteiro Homem de Pedra.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome dos Membros Juvenis dos Escoteiros, Liz Cristine Moreira Coutinho.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo fará a entrega também de medalhas à União dos Escoteiros do Brasil, região do Paraná, região do Rio Grande do Sul e região do Rio Janeiro.

Convido para receber a homenagem em nome da União dos Escoteiros do Brasil, região do Paraná, o sr. Sérgio Marangoni Alves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem em nome da União dos Escoteiros do Brasil, região do Rio de Janeiro, o sr. Carlos Frederico dos Santos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Nadir Antônio Mussio, diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil, região de Santa Catarina, para fazer a entrega do Diploma do Mérito Regional à deputada Ana Paula Lima.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, teremos a execução do Hino dos Escoteiros do Brasil.

(Procede-se à interpretação do hino.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Marco Aurélio Romeu Fernandes, diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil.

O SR. MARCO AURÉLIO ROMEU FERNANDES - Sra. deputada Ana Paula Lima, proponente desta sessão, em nome dos escoteiros do Brasil manifesto sincero agradecimento pela proposta apresentada e desejo agradecer a este Poder, especialmente ao deputado Joares Ponticelli, digno presidente desta Casa Legislativa, pela aprovação e pelo trabalho que aqui realizamos.

Quero saudar também o eminente amigo e companheiro, dirigente escoteiro, Nadir Antônio Mussio, presidente da União dos Escoteiros do Brasil, na pessoa de quem saúdo todos os demais escoteiros aqui presentes, assim como os dirigentes regionais catarinenses.

Não posso deixar de fazer uma saudação especial a dois ex-presidentes da região escoteira de Santa Catarina: meu amigo Sido Gessler, meu querido companheiro de diretoria executiva nacional, e Renato Bini, na pessoa de quem saúdo todos os voluntários que de uma forma ou de outra ajudam a construir um mundo melhor.

Manifesto ainda um abraço especial e fraterno ao padre José Edgard de Oliveira, a quem agradeço pela sua presença.

(Passa a ler.)

"Senhoras, senhoras, escoteiros, lobinhos, sêniores, guias, pioneiros, escotistas, dirigentes.

Por iniciativa da deputada Ana Paula Lima estamos hoje reunidos para o desenvolvimento de uma sessão especial em homenagem à passagem do centenário do escotismo no estado de Santa Catarina, uma região escoteira pujante, motivada e comprometida com o crescimento do escotismo no Brasil.

Em um mundo tão ausente de valores, no qual a característica que cada dia se acentua nas relações humanas é o individualismo, onde a honestidade, a lealdade, a cortesia e a honra são valores muitas vezes tidos como do passado, é com regozijo e profundo sentimento de gratidão que vemos prosperar a iniciativa desta Casa em homenagear um movimento de jovens com mais de cem anos e que pauta suas convicções exatamente na vivência de tais valores, pois diante de uma sociedade eminentemente contemplativa, urge impor-se o agir, o fazer a diferença.

O escotismo, como sabemos, surgiu no início do século passado, mais precisamente no ano de 1907, na Inglaterra vitoriana, por iniciativa e empenho de Robert Baden-Powell, que já naquela época acreditava que a juventude de seu país encontrava-se em um momento de grande ausência de valores e que algo necessitava ser feito.

Lastreado em sua experiência de vida e com a colaboração de amigos, lorde Baden-Powell concebeu um movimento que tem como propósito propiciar aos jovens oportunidades para que assumam seu próprio desenvol-

vimento, em suas plenas potencialidades, física, intelectual, espiritual, afetiva e social, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades, baseados numa tábua de valores fixados em sua lei e promessas e com método próprio. Não tinha ele, com certeza, noção do tamanho daquilo que estava criando.

Passados 106 anos da nossa história mundial e 100 anos neste querido estado, Santa e Bela Catarina, somos mais de 38 milhões de escoteiros no mundo. No Brasil somos quase 80 mil associados à União dos Escoteiros do Brasil, o que representa um universo de mais de 200 mil pessoas envolvidas nesta causa.

Deputada Ana Paula Lima, mas o que somos nós, os escoteiros? Quando anotava alguns lembretes para hoje referir, não tinha a percepção de que v.exa. já conhecia tanto de escotismo. Tenho a certeza de que v.exa. conseguiu perceber a importância e a relevância dessa causa.

O que queremos? Diz lá o nosso material, alguns deverão lembrar o texto, que somos um movimento de jovens e para jovens, que conta com a colaboração de adultos, unidos por um compromisso livre e voluntário. Somos um movimento de educação não formal, que se preocupa com o desenvolvimento integral e com a educação permanente dos jovens, complementando o esforço da família, da escola e de outras instituições.

Queremos o desenvolvimento do ser humano como um todo e de todos os seres humanos. O ser humano, homem e mulher, na plenitude de sua existência e na riqueza de suas semelhanças. Educamos para a liberdade e procuramos desenvolver a capacidade de pensar criativamente, mais do que a aquisição de conhecimentos ou de habilidades específicas.

Como dizia no vídeo há pouco visto, fortalecemos nos jovens a vontade de optar por uma escala de valores que dê sustentação a suas vidas e convidamo-los, voluntariamente, a agir de forma coerente com essa opção.

Caminhamos em busca de Deus e estimulamos o jovem a dar testemunho de sua fé, vivendo ou buscando a religião que a expresse. Cremos na família, raiz integradora da comunidade e centro de uma civilização baseada no amor, na verdade e na justiça. Educamos para o respeito, a vida afetiva e o amor, para a construção de uma família que dê a seus filhos uma boa formação. Cremos na justiça social como exigência de um desenvolvimento humano sustentável. Despertamos no jovem o anseio por servir a comunidade e por se comprometer com seu desenvolvimento como manifestação de sua solidariedade para com o próximo, especialmente os que mais precisam.

Queremos um mundo fraterno, onde os jovens possam crescer e realizar-se plenamente. Incentivamos nos jovens a lealdade ao seu país e o amor à terra natal, seu povo e sua cultura, em harmonia com a promoção da paz, sem hostilidades entre classes sociais ou entre nações. Promovemos a fraternidade mundial entre os jovens e a cooperação mundial entre países e organizações.

Estimulamos nos jovens o respeito pela natureza e o compromisso com o meio ambiente. Privilegiamos a vida ao ar livre com experiência educativa.

Contribuímos para a formação de cidadãos responsáveis, que compreendem a dimensão política da vida em sociedade, que desempenham um papel construtivo na

comunidade e que tomam suas decisões guiados pelos princípios escoteiros.

Como movimento educativo, não nos envolvemos nas disputas político-partidárias. Entretanto, os princípios em que se baseia o movimento escoteiro orientam as opções políticas pessoais dos nossos membros, e a formação de cidadãos responsáveis, participantes e úteis em sua comunidade exige que estejamos atentos à realidade política.

Oferecemos a jovens e adultos a oportunidade de compartilhar a tarefa de crescimento comum, em uma relação que fomente o diálogo, a compreensão e a participação. Nesse privilegiado encontro de gerações, todos os adultos atuam a serviço da liberdade dos jovens.

É isto que somos e queremos, senhoras e senhores: um movimento que utiliza um método educativo próprio, um conjunto de diversos componentes que permitem alcançar nossos objetivos. Esse método se resume na adesão à promessa e à lei escoteira, que nada mais é do que o convite a cada jovem, de acordo com seu desenvolvimento e maturidade, para que assuma um compromisso na vivência de valores ali expressos, na aprendizagem pela ação, por intermédio da qual os jovens aprendem por si mesmos por meio da observação, da inovação e da experimentação.

Um sistema de equipes que acelera a socialização ensina a estabelecer vínculos profundos com outras pessoas, gerando responsabilidades progressivas, proporcionando autoconfiança e criando um espaço educativo privilegiado para que o jovem cresça e desenvolva-se.

A aprendizagem pelo jogo, que oferece excelentes oportunidades para experimentar, aventurar, imaginar, sonhar, projetar, construir, criar e recriar a realidade.

E a vida ao ar livre, como elemento desafiador, no qual o jovem tomará contato com a beleza da natureza.

Mas esse trabalho é árduo, senhoras e senhores, pressupõe dedicação, empenho e abnegação de milhares de adultos voluntários por este Brasil afora e, no caso de hoje, por todos os cantos deste estado de Santa Catarina.

Adultos, pais e mães de famílias que dedicam grande parte de seu tempo livre, para não dizer a totalidade, para o desenvolvimento dessa causa, para o cumprimento dessa missão. Que o fazem por acreditarem ser possível um mundo melhor, mais justo, mais fraterno e mais humano.

Momentos como este de hoje são importantes para o nosso trabalho, sobretudo a partir do ano de 2000, quando foi criada a União Parlamentar Escoteira Mundial, iniciativa surgida nos países do oriente, que se busca consolidar em nosso país, que visa reunir parlamentares de todos os níveis da federação, independentemente de sigla e opções partidárias, tenham ou não sido escoteiros, mas que estejam vinculados pela percepção da importância e relevância do movimento escoteiro e do que ele pode fazer na jornada incansável que se trilha na busca de um mundo melhor para viver.

A União Parlamentar Escoteira tem este escopo: manter ligados parlamentares de todos os matizes políticos que estejam identificados com a preocupação de que a educação de nossa juventude deve ser ampla, estimulando seu pleno crescimento e que é uma responsabilidade de toda a sociedade.

Por tal motivo, aproveitamos este espaço para convidar os deputados e deputadas para que subscrevam seu desejo de integrar mais essa fileira. A participação e o

apoio de cada um de v.exas. são imprescindíveis e relevantes para tal empreendimento.

O reconhecimento, a mão amiga e o suporte diante dos projetos desenvolvidos permitirão que possamos oferecer à sociedade um homem ou uma mulher reto de caráter, limpo de pensamento, autêntico em sua forma de agir, leal e digno de confiança. Um homem ou uma mulher capaz de tomar suas próprias decisões, respeitar o ser humano, a vida e o trabalho honrado, alegre, e capaz de partilhar sua alegria, leal ao seu país, mas construtor da paz, em harmonia com todos os povos. Um homem ou uma mulher líder a serviço do próximo, integrado ao desenvolvimento da sociedade, capaz de dirigir, de acatar leis, de participar e consciente de seus direitos sem se descuidar de seus deveres.

E mais: forte de caráter, criativo, esperançoso, solidário, empreendedor. Um homem ou uma mulher amante da natureza e capaz de respeitar sua integridade. Guiado por valores espirituais, comprometido com seu projeto de vida, em busca de Deus e coerente em sua fé. Capaz de encontrar seus próprios caminhos na sociedade e ser feliz.

É esse o homem ou mulher que queremos oferecer à sociedade. É isso que nos motiva e move. É isso que deseja o escotismo nesses 100 anos de presença em Santa Catarina.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. Marco Aurélio, pelo belo discurso. O desafio está lançado ao Parlamento catarinense e certamente os demais colegas desta Casa farão, sim, esse bom debate.

Quero dizer também que foi pedido pelo sr. Nadir e já estamos trabalhando numa legislação aprovada por esta Casa, desafiando o governo do estado a implementá-la o mais rapidamente possível.

Não é de minha autoria, mas estamos trabalhando para que isso aconteça rapidamente, porque acredito que vai ser melhor para a transformação de homens e de mulheres de bem, dignos e com respeito a qualquer tipo de vida. Neste momento, fará uso da palavra o sr. Nadir Antônio Mussio, diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil da região de Santa Catarina.

O SR. NADIR ANTÔNIO MUSSIO - Prezada deputada Ana Paula Lima, proponente desta sessão e companheira desse projeto nos últimos tempos.

Prezado chefe dos escoteiros, sr. Marco Aurélio Romeu Fernandes, diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil.

Prezados srs. Renato Bini, primeiro-vice-presidente da União de Escoteiros do Brasil, e Carlos Frederico dos Santos, diretor presidente da União dos Escoteiros do Brasil, região do Rio de Janeiro.

Cumprimento ainda o sr. Sérgio Marangoni Alves, representante da diretoria da região do Paraná da área geográfica sul no Conselho de Administração Nacional da União dos Escoteiros do Brasil.

Prezados diretores regionais, companheiros do dia a dia, Vanessa Cristina Melo Randig, Gilberto Bogo, Danilo Duarte de Souza, Celso Thadeu Carneiro de Menezes, José Carlos Bento, Leandro Carlos Von Ende Kruehl, Cristiano Popov Zambiasi e Manoel Bento Gonçalves.

Prezados coordenadores regionais, coordenadores distritais, diretores de grupos, escoteiros e escoteiras, escotistas, lobinhos,

lobinhas, sêniores, guias, pioneiros e pioneiras, pais, avós, amigos e escoteiros de todos os tempos.

Prezado Sido Gessler, nosso companheiro de uma longa temporada, nosso último presidente regional. Prezada deputada Ana Paula Lima, o movimento escoteiro, fundado por lorde Robinson Robert Schmidt Baden-Powell, em 1907, na Inglaterra, chegou ao Brasil em 1910, através dos militares que se encontravam naquele país acompanhando a construção de navios.

Em Santa Catarina o movimento chegou através do professor Curt Boett, que fundou o primeiro grupo escoteiro na cidade de Blumenau, em 13 de janeiro de 1913.

Trata-se de um movimento mundial educacional, voluntário, apolítico e sem fins econômicos. A sua proposta é o desenvolvimento da criança e do jovem dos seis anos e meio aos 21 anos incompletos, por meio de um sistema de valores que priorizam a honra com base na lei escoteira assumida voluntariamente por todos os participantes adultos e membros infanto-juvenis, e que através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre buscam fazer com que o jovem assuma seu próprio crescimento, a fim de se tornar um exemplo de fraternidade, de lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina.

O escotismo é o maior movimento de jovens do mundo, hoje presente em 216 países, contando com um efetivo mundial muito acima de 30 milhões. No Brasil são aproximadamente 80 mil e em Santa Catarina são quase sete mil, isso entre membros juvenis e adultos. Em Santa Catarina estão lotados em 105 grupos ativos distribuídos em 64 municípios de todas as regiões do nosso estado.

Informamos à nobre deputada que estamos em período de crescimento e expansão. Contamos, nesse momento, com 15 iniciativas de novos grupos escoteiros, sendo oito delas com autorização provisória - e isso quer dizer que daqui a um tempo muito curto será feita a fundação desses grupos escoteiros. E outras sete iniciativas estão acontecendo também já com alguns passos andados.

Celebramos, em 2013, o centenário da existência do movimento escoteiro em Santa Catarina. Muito nos honra fazer parte dessa histórica marca em que o maior movimento mundial educacional voluntário está estabelecido no nosso estado. Nesse primeiro século, sem saber ao certo quantos dele participaram, podemos, com toda certeza, afirmar que para a maioria absoluta que dele participou o movimento escoteiro foi o diferencial em suas vidas. Foram 100 anos de dedicação à complementação educacional recebida da família para crianças e jovens catarinenses, alguns com passagem rápida e outros com vida longa em nosso meio. Mas, independente de quanto tempo participaram, todos foram tocados pelo mesmo ideal: fazer sempre o melhor possível, deixando o mundo melhor que o encontramos.

Prezada deputada, estamos todos muito felizes. Este é um momento especial, único e merece ser bem vivido. Seremos distinguidos com tamanha homenagem vinda desta nobre Casa Legislativa, que é de todos os catarinenses, é motivo de orgulho para todos os escoteiros, especialmente os catarinenses. Seremos homenageados pelo centenário enche-nos de orgulho, alegria, esperança e confiança para prosseguir, a fim

de que o escotismo em Santa Catarina chegue ao próximo centenário mais forte e presente na vida de milhares de crianças e jovens; e prosseguir também para levar a bom termo as ideias e os ideais dos que nos antecederam, considerando sempre os preceitos do fundador do movimento escoteiro, Baden-Powell.

Os escoteiros adultos, sra. deputada, conforme é do seu conhecimento, são educadores voluntários, e fazem-no gratuitamente. Ao fazerem sua promessa escoteira assumem espontânea e livremente o papel de coadjuvantes, pois no processo educativo do movimento escoteiro o importante são os membros juvenis, ou seja, as crianças, os adolescentes e os jovens aos quais os adultos servem de facilitadores.

O movimento escoteiro é para crianças e jovens. Não há escotismo sem a presença de um adulto preparado, e não é satisfatório o resultado da prática educativa escoteira se não satisfaz aos anseios das crianças e jovens, pois eles são os protagonistas desse processo.

Os adultos são preparados para serem os facilitadores nesse processo. Rendemos, neste momento, nossa homenagem a todos os adultos que, de maneira abnegada, dedicaram e dedicam a energia do seu tempo, muitas vezes se ausentando de suas famílias, para contribuir na formação de mais e mais cidadãos honrados.

Como seria bom, sra. deputada, amigos escoteiros e autoridades presentes, se tivéssemos adultos voluntários em abundância. Aí poderíamos ter outras milhares de crianças e jovens participando do movimento escoteiro, todos experimentando o calor de pertencer à fraternidade escoteira mundial. Este é o maior fator que nos limita aumentar a nossa participação social: a falta de adultos. Esse é o grande desafio que permeia sempre nossas metas na União dos Escoteiros do Brasil.

Não poderia furtar-me de trazer à tona que hoje, 1º de agosto, comemoramos 106 anos de fundação do movimento escoteiro. Desejamos, em nome da diretoria regional de todos os escoteiros de Santa Catarina, a todos os antigos e atuais participantes que Deus os ilumine e mantenha-os sempre fortalecidos na vivência dos valores escoteiros, procurando sempre ser referência no meio em que vivem.

Desejamos à deputada muito sucesso na sua trajetória política e nas suas preocupações que, sabemos, são constantes com as crianças e jovens. Parabéns, deputada, pela sua dedicação a essa causa que também é nossa. Pode estar certa de que quando necessitar de ajuda os escoteiros estarão à sua disposição.

Parabéns a todos os escoteiros de hoje e de sempre. Felicidades e sempre alerta para servir!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. Nadir, pelo excelente discurso. Muita obrigada, em nome do Parlamento catarinense, pelo trabalho exercido no estado de Santa Catarina. Muito nos honra a presença de todos vocês aqui.

Sr. Marco Aurélio, não tive o prazer de ser escoteira. Conheço a história, pois na minha família tivemos dois escoteiros. Uma família de sete irmãos não dava para todos pertencerem, mas tenho uma irmã e um irmão que participaram do Grupo Escoteiro Leões e que também seguiram o bom exemplo de servir, de respeitar.

Sr. Mussio, muito obrigada pelo lenço. Muito obrigada a todos vocês. Eu sei o quanto representa esse lenço para vocês, é uma questão de honra e também irei honrar diante daquilo que represento nesta Casa, sendo uma parlamentar. Agradeço esta homenagem que seria para vocês, não para nós. Agradeço o lenço que vou honrar e também a moção que recebi.

Quero dizer também que o vídeo feito pela equipe da TVAL será veiculado durante todo o mês de agosto. Já providenciei uma cópia para o sr. Mussio e depois poderemos repassar para cada grupo no estado de Santa Catarina. É a nossa homenagem a vocês pelo bem que fazem ao nosso estado.

Percebo que o sr. Mussio gostaria ainda de se pronunciar, por isso convido-o a ocupar novamente a tribuna.

O SR. NADIR ANTÔNIO MUSSIO - Deputada, desculpe-me por quebrar o protocolo, mas quero agradecer o seu empenho junto à secretaria Estadual de Educação com relação à Lei do Incentivo ao Escotismo nas Escolas Estaduais. Acho que dessa vez sai. Há uma lei aprovada desde 2007 que precisa ser promulgada. E a deputada está-se empenhando muito para que isso aconteça.

(Palmas)

Convido o companheiro Marcel Hugo para vir repassar a sua mensagem.

O SR. MARCEL HUGO - Cumprimento todos os presentes neste momento especial para o movimento dos escoteiros.

Gostaria de passar as suas mãos, deputada, um exemplar do livro que lançamos por ocasião do acampamento regional, que contém as histórias que o fundador do primeiro grupo de escoteiros, Curt Boett, reuniu e lançou na Alemanha.

Nós conseguimos um exemplar há poucos anos e transcrevemos do gótico para o *word*, para que pudesse ser traduzido. Depois disso foram feitas revisões com a ajuda de colegas do grupo de escoteiros. Tivemos o apoio de várias empresas de Blumenau e agora estamos divulgando o livro a fim de que as pessoas conheçam um pouco da história e o que vivenciaram os escoteiros nas primeiras décadas do século XX. Acreditamos que pode servir, inclusive, de subsídio para esse projeto tão importante para nós, cidadãos catarinenses.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado pelo livro, será a minha leitura de cabeceira nos próximos dias.

Sr. Mussio, a legislação aprovada por esta Casa, com o nosso voto favorável, inclusive, já está na Casa Civil. Conversamos com o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, e acho que desta vez ela será implementada.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e convida-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em comemoração aos 40 anos da Uvesc.

Esta encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A PREVENÇÃO ANTIGRANIZO NO POLÍGONO DE VIDEIRA-CAÇADOR, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DA AMARP, EM VIDEIRA/SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Bom-dia. Nós nos atrasamos um pouco porque o Milton Hobus, Secretário de Estado da Defesa Civil, com toda a razão, tinha que conhecer o sistema do nosso amigo Russo. Então nós estivemos em Lebon Régis para que ele conhecesse o sistema *in loco*.

Vamos fazer o seguinte: não iremos compor a mesa agora. De imediato, vamos passar a palavra ao senhor Valeri Iliine, meteorologista da AGF Anti-Granizo Fraiburgo Ltda., a quem primeiro devemos escutar para depois resolvermos os problemas da região.

O SR. VALERI ILIINE (Russo) - Bom-dia. Hoje o dia é bem apropriado para o assunto antigranizo porque o sistema estava no quarto dia de setembro ligado até as seis horas da manhã - ligado. Tinha formação de granizo dentro das nuvens, mas graças a Deus não chegou a cair até a superfície.

Peço desculpas pelo meu português, pois sou russo, como o Deputado falou. Mas vou tentar explicar o funcionamento deste sistema e apresentar a parte técnica do projeto, que há muito tempo é discutido nas regionais de Caçador e de Videira.

(Procede-se à apresentação de slides.)

A formação de granizo acontece dentro das nuvens de desenvolvimento vertical (nuvens fortes). Em nossa região, elas podem chegar até a altura de dezesseis quilômetros, dezoito quilômetros, e com fortes correntes ascendentes que asseguram a formação de pedras grandes. Periodicamente, em média 42 dias por ano, no início de junho acontecem quedas de granizos com grandes destruições na agricultura, na infraestruturas urbana e industrial.

O que acontece na formação do granizo? Meteorologia é física básica. Dentro das nuvens, em nossa região, acima de três quilômetros gotas de água super-resfriadas encontram impurezas naturais que rapidamente congelam formando grandes pedras. Quando essas pedras não se sustentam nas correntes ascendentes, as pedras caem. Começam a se derreter um pouco dentro da atmosfera com temperaturas positivas, mas não conseguem se derreter totalmente e caem como granizo.

Qual a metodologia do sistema? Enganar as gotas de água. Colocar o produto químico iodeto de prata - único produto químico de condensação reconhecido mundialmente -, que tem uma estrutura hexagonal parecida com o gelo. Essas impurezas artificiais são colocadas dentro das nuvens, e determinada quantidade de água que antes congelava por cima de uma impureza... agora vão congelar por cima várias impurezas, formando granizo inicialmente de menor tamanho. Por isso, quando ele cai, ou derrete totalmente ou fica de tamanho muito menor e menos destrutivo.

Segundo especialistas, devemos resolver três questões: onde? Quanto? Onde nós já sabemos e devemos colocar o produto dentro das nuvens quando atingirem temperaturas negativas; quando começar a formação de granizo; e devemos aumentar, mais ou menos, de uma ou duas impurezas naturais para vinte impurezas artificiais. Para isso, são usados no mundo vários veículos que levam o iodeto de prata até a região aonde acontece a formação do granizo. Pode ser com foguetes - já foram usados aqui na nossa região -; ou em asas de aviões, soltando por cima, ao lado, ou por baixo da nuvem; ou podem ser usados geradores de solo, também chamados queimadores de solo, que têm uma chaminé, um bujão de mistura de acetona com iodeto de prata, e o ar comprimido que empurra o iodeto de prata para a chaminé, acontecendo a queima e a liberação do produto. Nos Estados Unidos e na Rússia há geradores automáticos que usam o produto sólido, mas ainda não chegaram ao Brasil, onde usamos somente o produto líquido.

Em 1995, procuramos um sistema que pudesse substituir o uso dos foguetes, que é eficiente mas muito caro. Foi encontrado um sistema no sul da França que funciona desde 1950, há mais de 60 anos, e que usa essas geradores de solo. Lá são três milhões de hectares de área protegida, com seiscentos geradores instalados. No final de 1995, o doutor Dessens, que foi o mentor do sistema na França, visitou o Brasil. Aprovamos o projeto inicial, com o qual começamos a trabalhar; periodicamente mandamos para eles relatórios, e eles acompanham o nosso trabalho metodicamente.

Aqui (*mostra no slide*) alguns outros projetos, como esse dos Estados Unidos... existem vários projetos de combate ao granizo - aumento de precipitação. Aqui são algumas empresas americanas que trabalham com esses sistemas. Eu vi na Internet alguns sistemas que existem no mundo. A Hungria e a Croácia trabalham em conjunto com esse sistema que já funciona há cinco anos.

Aqui (*mostra no slide*) é a nossa sede onde foi instalado o sistema antigranizo. O sistema começou com o financiamento de fruticultores de Fraiburgo. Essas empresas construíram essa sede. Primeiramente funcionou o sistema de foguetes, e a partir de 1996 começamos a trabalhar com geradores de solo.

O nosso radar meteorológico funciona na região desde 1988. Aproveitando a oportunidade, quero falar que embora a aparência dele seja velha as suas características técnicas e os produtos que ele produz são iguais aos radares modernos. O raio de observação é de trezentos quilômetros, e se ele for automatizado o raio de observação será de duzentos quilômetros, com boa precisão. Como falamos os especialistas em automatização, foi apresentado um projeto em que a posição dele é muito importante para fechar todo o Estado no fornecimento de informações meteorológicas do radar.

Aqui (*mostra no slide*) é o nosso sistema inicial. Como falei, esse sistema, com a iniciativa dos fruticultores de Fraiburgo, tinha como objetivo principal proteger os pomares de maçã. Em 1996, 1997, foram instalados inicialmente sessenta geradores, e atualmente, com a participação das Prefeituras, das empresas produtoras de maçã, passou para 120 geradores: Caçador até Campos Novos, Curitiba, Santa Cecília, Tangará e Ibiã.

Como eu falei, o gerador é um veículo que leva o iodeto de prata para a atmosfera. Por isso, pensar que instalar o gerador já é suficiente para ficar protegido é um engano. Deve funcionar um sistema de geradores, como uma rede de geradores de solo. É importante ligá-lo na hora certa porque, se é ligado muito tarde, o sistema diminui a eficiência; de repente, começam a se formar novas nuvens e não há tempo para formação de uma nova camada de reagente. Por isso é muito importante um sistema de comunicação rápido e eficiente.

Nós criamos um sistema de comunicação, com cinco blocos (conjunto de geradores), que são ligados separadamente. Com a ajuda das Prefeituras e das Secretarias de Agricultura, na hora de começar é passada a informação para ligar o sistema. O tempo para ligar todo o sistema é de vinte minutos.

A eficiência do sistema não é de 100%. Ninguém quer enganar ninguém. Para saber realmente qual a eficiência desse sistema, em 1997 criamos uma rede de granizômetros. Os canadenses passaram esse sistema para os franceses, e os franceses passaram para nós. É um sistema de 284 pontos com maior densidade na área dos pomares, dentro do nosso polígono e fora também, onde não há os geradores. O que significa essa rede de granizômetros? [*Taquigrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*] É um suporte metálico onde você coloca placa de isopor; quando cai granizo ele deixa marcas, e você, com a ajuda de um programa de computador, já calcula a quantidade de pedras por metro quadrado, o tamanho máximo, o peso e - a principal característica - a energia cinética do granizo, a força de queda do granizo, a sua força destrutiva.

Aqui (*mostra no slide*) algumas das placas. Em 23 de outubro de 2008, este granizo, que mesmo antes de entrar para o sistema antigranizo estava muito intenso e com granizo grande. E na área do polígono defendido o tamanho do granizo e a sua intensidade diminuiriam intensamente. Como eu falei, a eficiência do sistema não é 100%, mas comparando placas dentro e fora do polígono dá para ver que existe diminuição forte de granizo.

Junto com o pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, nós criamos um relatório de oito anos: 1998-2006, que já foi apresentado no congresso meteorológico. Aqui está colocado todo o granizo que caiu dentro desses oito anos: granizo fraco, granizo médio, granizo forte, granizo fortíssimo.

Agora vamos tirar o granizo fraco (*mudança de imagem*), tiramos o granizo médio (*mudança de imagem*) e só deixamos o granizo forte (*mudança de imagem*). Dá para ver que a concentração de granizo forte, dentro de 1998 a 2006, fica mais fora da nossa área. Atinge fortemente a região de Caçador, onde o sistema foi estabelecido somente em 2005, no final. Tinha alguns geradores, mas na região de Caixa da Água nós conseguimos em 2005 fechar com o financiamento da Prefeitura. Nas áreas dos pomares, por exemplo, já não tem granizo forte, mas são bem menores do que acontece fora do polígono.

Como resultado do trabalho, aqui (*aponta para a imagem*) em amarelo, a soma da energia cinética dentro do polígono próximo aos pomares: menor onde tem nossos geradores; e fora do polígono: bem maior. Somando tudo isso, com o pessoal da Universidade criamos um

esquema ideal (mínimo necessário, segundo metodologia francesa, para proteger 100 mil hectares e 19 geradores). E como eficiência, no centro do polígono: diminuição de granizo fraco, quase 100%; a diminuição de granizo forte é de 72% - claro, a eficiência diminuindo para a periferia do polígono. No centro sempre a eficiência é maior. Nós não queremos enganar ninguém dizendo que qualquer parte do polígono tem eficiência ideal. O centro do polígono é mais protegido.

Por exemplo, o granizo que aconteceu dia 1º de setembro deste ano - até apareceu vídeos na Internet - em Videira foi forte. Mas por que aconteceu? Porque entrou uma nuvem de fora da área protegida, e Videira, como cidade, só tem geradores a partir da linha Experimental. Quando entra o sistema forte, Videira não é protegida; neste caso é preciso instalar os geradores no Município de Iomeré para proteger Videira quando tem este deslocamento das nuvens.

Aqui (*aponta para a imagem*) nós queremos apresentar os dados de um projeto, que agora é um projeto conjunto, a pedido da Secretaria da Defesa Civil. Não é um projeto separado para a Regional de Videira ou para a Regional de Caçador. Esse projeto conjunto abrange 14 Municípios, com uma área total de 600 mil hectares de polígono protegido; com mais de 200 mil habitantes, tendo mais de 7 mil famílias da agricultura familiar (esse sistema antigranizo é importante para eles); com produção agrícola média de R\$ 750 milhões; e com prejuízos causados pelo granizo na média de 20% nessa região (segundo dados da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo).

A nossa rede de granizômetros mostrou a eficiência média do sistema antigranizo em torno de 70% na área agrícola e quase 100% na área urbana e industrial, o que proporciona um custo-benefício estimado de 1 para 24. E o custo médio anual do sistema antigranizo fica entre R\$ 3,00 e R\$ 8,00 por hectare.

Por que falo da grande diferença? Porque o principal custo do sistema antigranizo é o produto, e tem duas partes: a operacional do sistema, custeio, que são salários, energia elétrica, combustível, peças de reposição etc., representando 20% do custo, e 80% representa o que nós queimamos no campo - o nosso produto, iodeto de prata. Atualmente o custo de um litro é em torno de R\$ 24,00, e um litro do produto faz um gerador funcionar durante uma hora. Então, o funcionamento de um gerador durante uma hora custa R\$ 24,00.

Hoje você não sabe como vai ficar a periculosidade, por exemplo, em dezembro. Se a periculosidade dos processos formadores de granizo vai ficar alta e com grande frequência, o custo do reagente consumido pode chegar a até R\$ 8,00 por hectare ao ano. Por exemplo, em janeiro de 2009 o sistema ficou ligado todos os 31 dias. Se a periculosidade ficar mais baixa e com menor frequência, não passará de R\$ 3,00.

Aqui (*aponta para a imagem*) o esquema de onde devemos instalar mais geradores para ampliar o sistema. Atualmente, essa parte do nosso polígono (*aponta para a imagem*) de Tangará até Caçador tem 75 geradores em funcionamento. Até o final de setembro entrarão os produtores de tomate, e ficarão 84 geradores em funcionamento, mas para cobrir toda a área e atender a todas as reivindicações dos agricultores precisamos instalar mais 55 geradores, ficando assim um total de 139 aparelhos.

Por exemplo, para proteger melhor a região de Linha Santa Bárbara, em Videira, é necessário instalar os geradores na Linha Santo Isidoro e na Linha União, de Pinheiro Preto. Outra reivindicação e no triângulo De Marari, Santa Rosa e Passo de Felicidade, no Município de Tangará: instalar mais geradores para aumentar a concentração de reagente e melhorar a eficiência do sistema, porque é um lugar muito perigoso para a formação de granizo. Mesmo em Tangará é preciso instalar geradores na região da Sede Dona Alice, porque lá é à entrada das nuvens; o relevo é muito acidentado e sempre forma granizo.

Em Fraiburgo, nós temos muita área com falta de geradores no norte do Município, onde foram erradicados pomares de maçã, mas a agricultura familiar é muito forte. Aumentar a densidade dos geradores é uma necessidade operacional de experiência adquirida nos últimos vinte anos de trabalho. Por exemplo, a iniciativa da Secretaria de Agricultura de Videira: instalar mais quatro geradores na região do Cambuim, e depois disso, nos últimos quatro anos, não houve mais a incidência de granizo significativo. E aqui estão presentes os agricultores da região, que podem confirmar e dar o seu depoimento.

Os principais benefícios do sistema antigranizo são a diminuição das perdas nas lavouras; proteger integralmente a infraestrutura urbana e industrial. Inclusive, a Associação Comercial e Industrial de Caçador, depois da queda de granizo em 2001, financiou a instalação de três geradores em volta da cidade para proteger a cidade de Caçador, sendo que mais tarde esses geradores foram assumidos pela Prefeitura.

O importante é que todo o polígono fica dentro da área de cem quilômetros de observação do nosso radar, com maior precisão na observação da formação de granizo. Isso é importantíssimo para nós porque, por exemplo, se as nuvens observadas ficarem acima de duzentos quilômetros, as informações do radar não são tão precisas e

gera dificuldades. Você trabalha com melhor precisão dentro do raio de cem quilômetros.

Aqui (*aponta para a imagem*) é uma estimativa de custo que temos. Vamos somente falar sobre de 2014. A estimativa de custo para manter 130 novos geradores é de R\$ 800 mil; a estimativa de consumo de reagente para todo esse período é na média de 95 mil litros, com valor de R\$ 2,3 milhões, tendo um custo total de R\$ 3 milhões.

Como colocado aqui, facilmente você calcula o custeio fixo, porque já sabe qual é o salário, quanto gasta de combustível etc., e o reagente é o valor variável para baixo. Atualmente, para as Prefeituras e as empresas, mensalmente nós entregamos relatórios com o consumo real de reagente, e as Prefeituras e as empresas nos pagam pelo consumo real do reagente.

Atualmente, até o final de setembro nós vamos trabalhar com 75 geradores, e há mais 9 geradores dos tomateiros para instalar. E com a garantia de custo que nós temos, através de contratos fechados no início do ano com empresas, Prefeituras, agricultores individuais, possuímos recursos para manter esse sistema dentro dos padrões meteorológicos, mas com dificuldades financeiras.

Por exemplo, se a ampliação desse sistema ficar aprovada a partir de 1º de setembro, faltará R\$ 1 milhão para instalar e manter esse sistema com todos os recursos até final do ano 2013. Incluindo R\$ 230 mil do abastecimento inicial dos geradores, porque atualmente não tem produto para novos geradores e para a ampliação do projeto, em torno de R\$ 98 mil. [*Taquigrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*]

Aqui nada foi falado a respeito de investimento porque durante todos esses anos nós temos equipamentos próprios suficientes - geradores, veículos, pessoal preparado. Por isso os investimentos, em torno de R\$ 350 mil, ficam por conta da nossa empresa, porque nós trabalhamos com equipamento próprio - R\$ 350 mil, mais ou menos.

Esta tabela (*aponta para a imagem*) de possível participação é muito discutida. Ela foi preparada como exemplo a pedido do pessoal, porque nesse assunto cada Prefeitura decide individualmente. Mas, com a nossa experiência, se for acontecer algum financiamento por parte do Estado, a participação ou a contrapartida das empresas agrícolas e das Prefeituras pode chegar a até R\$ 500 mil. Atualmente as Prefeituras, claro, participam muito mais. A Prefeitura de Videira tem contrato de 110 mil; a Prefeitura de Caçador tem contrato de 230 mil; a Prefeitura de Fraiburgo, 52 mil; e Rio das Antas, 67 mil. Cada Prefeitura participa no sistema dentro das suas possíveis lidades.

Desde início o nosso trabalho sempre teve grande preocupação com o meio ambiente. Qual o perigo deste reagente? Não tem perigo para o meio ambiente, para o ser humano, para os animais, para os microorganismos. Tem várias pesquisas no mundo que mostram que as quantidades que nós usamos desse produto são inofensivas para os microorganismos, para o ser humano, para os vegetais.

O meu colega fez pós-graduação aqui na universidade de Videira, com orientação da doutora Estela de Oliveira Nunes, especificamente para medir o aumento de concentração na água e no solo desse produto. E toda esta pesquisa, o trabalho de pós-graduação que foi feito, mostrou que realmente não acontece aumento; que a quantidade de iodo, de prata e de todos os produtos que nós usamos fica abaixo do mínimo permitido.

Aliás, em 2002 nós tiramos uma licença ambiental para dois anos junto à Fatma. Só depois, quando saímos para renovar essa licença, eles pesquisaram o assunto e falaram que como o nosso produto não fica na lista dos produtos perigosos não precisa de licença. Podemos tirar... já conversamos com a Defesa Civil aqui da região, senhor Anderson, e vamos, provavelmente com a Fatma, preencher o laudo deles. (*Palmas.*) (*Discurso com revisão do orador.*)

A SRTA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo Catarinense, este evento foi solicitado pelo Deputado Estadual Jean Kuhlmann, Presidente da Comissão de Proteção Civil, atendendo requerimento do excelentíssimo Deputado Estadual Reno Caramori para debater a prevenção antigranizo no polígono da região de Caçador e Videira.

Neste momento, convidamos para tomar assento à mesa dos trabalhos o excelentíssimo Deputado Estadual Reno Caramori, proponente da presente audiência pública; o excelentíssimo senhor Lourenço Becker, Prefeito em exercício de Videira; o excelentíssimo senhor Milton Hobus, Secretário de Estado da Defesa Civil; o senhor Nery José Frizzo, diretor-geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira, representando o senhor Evandro Colle, Secretário do Desenvolvimento Regional; e o senhor Valeri Iliine, meteorologista da AGF Anti-Granizo Fraiburgo Ltda.

Neste momento, registramos a presença das seguintes autoridades: Celso Brancher, Secretário Municipal de Agricultura de Videira; Joacir Fávero, Secretário Municipal de Agricultura de Tangará; Sélvio Maziero, presidente do Sindicato Rural de Tangará; Dinilso Gaio,

coordenador da Defesa Civil da Prefeitura de Videira; Sérgio Alberti, presidente da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Tangará; René Müller, assessor parlamentar, representando o senhor Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Euclides Cruz, Prefeito de Tangará; Adelar Neimeth, coordenador da Defesa Civil de Fraiburgo; Joaquim Tadeu Borges, Secretário Municipal de Agricultura de Fraiburgo; Pedro Rabuske, Vice-Prefeito de Pinheiro Preto; Mauro Ney Osmarin, Vereador de Pinheiro Preto; Ivan Bogoni, Vereador de Pinheiro Preto; Edison Antonio Mânica, Vereador de Pinheiro Preto; Edison Luiz Cardoso de Aguiar, Vereador de Pinheiro Preto; Aldir Rech, Vereador de Pinheiro Preto; Vicente Demori, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará; Albino Bongioi Neto, vice-presidente da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo; Mário Luiz Milani, gerente regional, representando o senhor Enori Barbieri, presidente da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc); Ludovino Labas, Prefeito de Lebon Régis; Jonatan Gálio, gerente regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) de Videira; Marciano Biava, Secretário Municipal de Agricultura de Arroio Trinta; Ivo Biazollo, Prefeito de Fraiburgo; e Luiz Borges Júnior, Secretário Municipal de Agricultura de Fraiburgo.

Comunicamos aos interessados em fazer uso da palavra que deverão fazer a sua inscrição com a equipe de cerimonial.

Com a palavra o excelentíssimo Deputado Estadual Reno Caramori, a quem convidamos para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Rapidamente, quero cumprimentar todos mais uma vez: obrigado pela presença. Também queremos agradecer a presença do nosso Secretário, que se dispôs a atender uma solicitação nossa e vir a Videira e a Caçador neste dia. É importantíssima a vinda dele aqui a fim de que nós possamos conversar e encontrar uma solução para a prevenção contra o granizo. *(Agradece a presença das autoridades já nominadas e dos demais presentes.)*

Tem alguém aqui representando as associações comerciais? CDL, Associação Comercial? Acho importante a participação porque o granizo não ocorre somente na roça, ele acontece aqui na cidade, ele pega toda a indústria, normalmente, como tem acontecido lá em Caçador, não é, Russo? Lá em Caçador pega o setor industrial, destruindo as coberturas, e assim por diante.

Por isso é importante a participação de vocês. O Estado tem obrigação de participar, só que ele tem certos percalços e ele tem que ter a participação da comunidade, da municipalidade, e assim por diante. Então é importante a vinda do Secretário.

Demoramos um pouco para encontrar uma data, não é, Secretário? Isso pelo acúmulo de trabalho do Secretário. Mas estamos ainda aquém do tempo obrigatório, porque o granizo começa por essa época, não é, Russo? Então nós estamos aqui antes que o granizo venha para vermos o que nós podemos fazer em benefício da nossa agricultura e da nossa cidade. Por isso, eu quero mais uma vez agradecer a presença de todos.

De imediato, eu passo a palavra ao senhor Lourenço Becker, Prefeito em exercício de Videira, que deseja dar as boas-vindas, porque esta é uma reunião de trabalho, não tem muita frescura, é assim mesmo.

O SR. PREFEITO LOURENÇO BECKER (Videira/SC) - *(Cumprimenta as autoridades da mesa e os demais presentes.)*

Eu quero parabenizar o senhor Secretário e o Deputado Reno Caramori por esta iniciativa de estarem presente aqui discutindo um assunto de tamanha importância não só para Videira, mas para toda a região, que é a prevenção do antigranizo. Creio que deve ser uma preocupação não só nossa, mas de todos os Prefeitos da região, que se estude uma possibilidade de fazer um programa em nível estadual, com parceria, contrapartida dos Municípios, para atingir uma maior área a ser protegida pelo sistema.

Então, parabenoize o senhor e agradeço a sua presença nesta manhã de hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Passo a palavra ao senhor Nery José Frizzo, diretor-geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL NERY JOSÉ FRIZZO (Videira/SC) - Bom-dia a todos. Eu gostaria muito de agradecer a presença dos nossos Prefeitos, que demonstram nesta hora a preocupação com os nossos agricultores, principalmente. Quero agradecer a presença do nosso Secretário de Defesa Civil, do nosso Deputado Estadual Reno Caramori, que provocou esta audiência pública, do nosso Prefeito Lourenço Becker e do Russo, que cuida do projeto, na verdade. *[Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] [Revisão final: Denise Videira Silva]*

Ele é de grande interesse para a nossa região e a SDR tem o compromisso de acompanhar todo esse processo, pois a nossa região é agrícola e dependemos muito da ajuda do governo do Estado, Secretário Milton, para que a gente tenha sucesso neste projeto aqui.

Estamos à disposição de todos para podermos ajudar cada vez mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Bom, minha gente, agora nós queremos escutar a voz de quem manda no pedaço, o Secretário. Por isso, temos certeza de que o Secretário tem boa vontade, pois desde o primeiro contato que fizemos o Secretário Milton ficou muito preocupado com o problema do granizo, e temos conversado bastante até encontrarmos esta data para estarmos aqui.

Pedimos que o Russo apresentasse um programa de trabalho; ele apresentou, e por isso estamos aqui. E por isso que queremos a participação de vocês, queremos que vocês façam seus questionamentos para sairmos daqui com clareza total.

Com a palavra o senhor Secretário de Estado da Defesa Civil Milton Hobus.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL MILTON HOBUS (SC) - Muito obrigado, quero cumprimentar o senhor Presidente e, assim, cumprimentar os demais componentes da mesa. Cumprimentar o Prefeito Lourenço, que mais uma vez nos recebe. Estivemos aqui na semana passada, na quinta-feira, no Seminário Regional de Defesa Civil, pois estamos percorrendo todo o Estado de Santa Catarina em um grande trabalho de estruturação de um sistema de prevenção de desastres em nosso Estado - na verdade, Deputado Reno, o maior investimento da história de Santa Catarina, não só nas obras de prevenção, que totalizam, na primeira fase, R\$ 600 milhões. Todo este processo já foi iniciado, em uma parceria do governo do Estado e do governo federal, mas, além disso, nós estamos fazendo a organização de todo um sistema preventivo de informações meteorológicas voltadas aos desastres, que o Estado até hoje não possuía.

O Estado está investindo R\$ 30 milhões no sistema de monitoramento e alerta, que envolve a unificação de todas as centrais meteorológicas existentes no Estado de Santa Catarina, as informações de satélite e a aquisição de radar meteorológico para formação deste centro, com *softwares* que vão trabalhar esta informação e fazê-la chegar para o cidadão. Dentro desse trabalho, estamos fazendo a estruturação dos 295 Municípios catarinenses tanto em equipamentos que o Estado está doando, entregando para os Municípios para que eles possam estar ligados (*sic*) a esta nova realidade, como também preparando os funcionários públicos municipais para que eles possam fazer o trabalho, para que estas informações que serão geradas, de forma preventiva, cheguem ao cidadão.

Essa é uma mudança muito grande que, com certeza, vai salvar muitas vidas e proteger o patrimônio dos catarinenses, porque defesa civil se faz, basicamente, com informação. Este é o trabalho que estamos fazendo hoje, que além das grandes obras é um trabalho de parceria com os Municípios, tanto na questão de prevenção, de obras preventivas de desastres, como também na questão de o Estado estar presente na hora em que um problema acontece - momentos em que, normalmente, ficam lá os Prefeitos e a população sozinhos para resolver os problemas e contar os prejuízos.

Graças à iniciativa do Governador Raimundo Colombo, além de ter sido criada a Secretaria de Estado da Defesa Civil - que até então era um departamento vinculado à Segurança Pública -, ela foi beneficiada com a criação de um fundo específico a partir de um pequeno percentual do ICMS arrecadado da importação que vem pelos portos catarinenses. Santa Catarina é um dos principais centros logísticos de informação do nosso país, hoje, o que garante recursos para a Defesa Civil, para que ela possa atuar e estruturar o nosso Estado tanto na prevenção quanto na resposta, em parceria com os Municípios, já que nós estamos na rota dos desastres naturais. Já tivemos inundações fortes no oeste este ano, já tivemos no planalto norte, no sul, no litoral. Toda hora temos problemas em nosso Estado, já tivemos este ano mais de setenta Municípios decretando situação de emergência, por um motivo ou por outro.

Temos também a questão da estiagem - e vou me permitir até falar um pouco disso para vocês, se me permite o Deputado, porque isso é esclarecedor para mostrar que o Estado, de fato, não está parado. Nós estamos passando por uma grande transformação que vai dar muito resultado para toda a população catarinense. A questão da estiagem é uma preocupação que devemos ter não só aqui na região do meio oeste e do oeste catarinense, mas em todo o Estado. Isso avança os fenômenos climáticos, essas alterações vão mudando as condições do clima, e nós temos que pensar em longo prazo - não podemos ser, no futuro, um Nordeste brasileiro, que talvez por falta de atitudes no tempo certo chegou à situação a que chegou.

Desde que entrei na Secretaria, este ano, estamos trabalhando em ações consistentes para que a gente não fique só contando prejuízos todos os anos - aquelas coisas que sempre acontecem -, mas que a gente passe a resolver esses problemas para que os prejuízos para o cidadão não aconteçam. Então, desde as grandes obras de enchentes até as obras preventivas, como o tratamento de rios, desassoreamento, galerias, coisas que tem que ser feitas para que a população não fique sofrendo a cada enxurrada, e assim por diante.

Na questão da estiagem, eu recebi um contrato feito com o governo federal para a instalação de quinhentos e tantos postos artesanais, basicamente nesta região do oeste e do extremo oeste, e nós vamos instalá-los. Infelizmente, a burocracia imposta pelo governo federal faz com que as coisas não andem no tempo que a gente gostaria que andasse, e eu resolvi enfrentar uma questão que eles colocaram dentro desta burocracia, que impõe custos. Eu aprendi na minha vida, na iniciativa privada - sou empresário, fui Prefeito de Rio do Sul -, a cuidar bem do dinheiro, e quando ele não é da gente temos que fazê-lo render mais.

O dinheiro público... Os Prefeitos que estão aqui sabem disso, o sistema que vivemos hoje vai fazer com que os pequenos Municípios do Brasil... Se nada acontecer, se nada mudar, vão todos quebrar, falir, e isso não é um prenúncio de adivinho, é só fazermos as contas e vamos saber que chegaremos a essa situação se não mudarem essa forma de impor aos Municípios cada vez mais deveres, enquanto o dinheiro fica todo lá em cima e não vem para os Municípios. Essa conta não vai fechar, não está fechando, por mais eficientes que sejam os gestores públicos.

E dentro deste processo dos poços artesanais, eles pediram lá que, para a gente licitar, precisávamos ter os laudos dos quinhentos e tantos poços que iriam ser feitos, e isso iria custar mais de R\$ 1 milhão para fazer - um dinheiro que acho que é jogado fora. Nós estamos trabalhando com os técnicos do Ministério. Eu disse: "Não vou fazer a licitação deste jeito, não estamos aqui para jogar dinheiro fora". Hoje, as empresas que fazem a perfuração de poços artesanais já têm um histórico de todo o Estado, temos o mapa hidrológico do Estado que mostra onde estão todos os mananciais de água.

Se as empresas vão fazer este trabalho, elas também têm que correr riscos, os riscos não podem ficar só com o Estado. Então agora eles acataram, nós formalizamos uma proposta de edital onde a gente não vai precisar fazer estes laudos antecipados, vamos economizar este dinheiro, e na licitação existe uma cláusula de risco onde o Estado vai assumir, e pelo histórico que temos, em vez de gastarmos R\$ 1,2 milhão, no máximo, se tivermos poços perfurados que não tiverem água, nós vamos gastar R\$ 200 mil. Vamos economizar R\$ 1 milhão. Perdemos alguns meses por isso, mas conseguimos convencê-los e ficaram de nos devolver o edital aprovado até o final do mês de setembro, com as eventuais alterações que eles queiram fazer para que a gente possa licitar.

Só que, no meu entender e no de muitos técnicos, não é furando poço artesiano que nós vamos resolver o problema da estiagem do nosso Estado com visão de longo prazo; nós temos que ter uma ação mais consistente, e para isso o Governador já nos autorizou. Nós queremos deixar pronto até o próximo ano um plano diretor da estiagem em Santa Catarina, que vai identificar em cada microrregião - e vamos começar por esta região mais castigada - todas as alternativas que temos de fornecimento e abastecimento de água sem ser de poços artesanais. Nós temos muitas formas de armazenar a água em tempos de chuva, aproveitar os rios que passam perto, formando pequenas barragens, e segurar a água para as épocas de estiagem, como nós vamos fazer com as barragens de cheia, que servirão em momentos de estiagem também.

Eu estive visitando o Município de Santiago do Sul e eles estão pedindo um poço, porque está faltando água em algumas comunidades. São dois poços que atendem o Município, e a 500 metros de Santiago do Sul passa um rio bonito, no caminho para Coronel Martins. Então, talvez a solução seja nós trabalharmos a construção de estações de tratamento, de transporte de água, de canalização de água, e isso teria uma solução de continuidade. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Então, é isso o que o Estado de Santa Catarina está fazendo em todas as áreas, um trabalho com visão de longo prazo para que a gente possa minimizar perdas e sofrimento do cidadão. Essa é uma ação de defesa civil.

No início deste ano eu recebi a visita lá na Defesa Civil do senhor Valeri, com o Secretário Regional de Videira e o Secretário de Caçador, oportunidade em que foi apresentada essa proposta de parceria com o Estado, para que tivesse aqui uma área de maior abrangência e pudesse melhor proteger os produtores da região.

Discutimos bastante esse assunto, já que na Defesa Civil existem normas de utilização do dinheiro. O dinheiro do Fundo da Defesa Civil deve ser utilizado especialmente para prevenção de desastres e recuperação de desastres, essa é a razão pela qual esse Fundo foi criado. Então, até que ponto o granizo é um desastre coletivo e a proteção não é da propriedade particular, e assim por diante? Portanto, existem questões jurídicas que tratam disso, mas quando levei o assunto ao Governador, ele disse para analisarmos a fundo e vermos se realmente era importante e se o Estado podia, de alguma forma, ser parceiro.

Há uns meses já estivemos aqui na cidade de Videira conversando sobre a questão e assumimos o compromisso de voltar com as entidades que representam os produtores e a sociedade em

geral organizada, porque tem que haver a participação de todos, já que envolve também a proteção do patrimônio privado e não essencialmente a do público. E há mais ou menos um mês o Deputado Reno nos procurou, preocupado com essa situação, e prontamente procuramos conciliar uma data, já que estamos correndo todo o Estado com esses seminários de organização apresentando todos os projetos que a Defesa Civil está implantando, o que já significa uma grande transformação nessa área.

Marcamos, então, esta audiência para hoje, que tem o objetivo de mostrar a fundo o projeto a fim de que todos tenham consciência do que é. O senhor Valeri pode nos apresentar, mostrar a eficácia do sistema e sentir das entidades que representam os produtores, das Prefeituras e da sociedade geral organizada se, de fato, existe a vontade de participar desse processo, porque nós temos que ser bons guardiões do dinheiro público - que existe, mas não para tudo o que nós necessitamos. Então temos que priorizar o dinheiro público e se o entendimento for de que esta é uma prioridade, Deputado, tenho certeza de que o Governador vai se sensibilizar, mas, repito, precisamos sentir isso da sociedade.

Por isso que o objetivo desta reunião de hoje é saber se os senhores estão de acordo com esse mapa que foi aqui apresentado, se todos querem essa expansão, se todos se propõem a participar, se essas empresas, doutor Valeri, que representam a grande produção da maçã, por exemplo, querem participar - e elas devem ter interesse de participar. Se todos entenderem que devem participar, que todos terão benefício com isso... Na verdade isso é um investimento, já que se a gente faz a prevenção acaba tendo retorno para todos - o produtor que deixar de perder sua safra vai ter retorno, a Prefeitura vai ter retorno, o Estado vai ter retorno, as empresas vão ter retorno, então acho justo que todos participem.

É nessa linha que nós queríamos abrir a discussão. Se todos entenderem que deva ser feito e se todos querem participar, na quarta-feira pela manhã eu já tenho marcada uma reunião com o Governador, vou relatar isso e esta semana ainda, Deputado, vamos dar uma resposta se podemos ou não participar.

Era esse o encaminhamento a ser feito. Eu acredito que agora poderíamos ouvir vocês que vivem aqui, que representam os produtores da região, para sabermos se há um encaminhamento nessa linha de coparticipação para que possamos evoluir.

Eu tinha um vídeo que, por problemas técnicos, não vai dar para passar, que era para que vocês entendessem as dificuldades que o Estado de Santa Catarina tem no enfrentamento dos desastres. Nós somos um Estado que tem um histórico triste que, pela primeira vez na história, um Governador resolveu enfrentar.

Eu fui Prefeito de Rio do Sul e convivi com a última enchente de 2011 - fui Prefeito nos últimos oito anos -, quando a cidade ficou toda embaixo d'água. E, de fato, desde criança a gente fica se perguntando e esperando quando será a próxima enchente, porque nada foi feito há quase um século, a não ser três barragens de proteção. Mas agora o Governador Raimundo Colombo resolveu enfrentar essa questão e buscou a parceria da Presidente Dilma. Nessa primeira fase dos R\$ 600 milhões, R\$ 244 milhões são do governo federal a fundo perdido, e todo esse recurso já está alocado, que é uma garantia de as obras acontecerem, e R\$ 356 milhões são do governo do Estado, com financiamento específico, com o qual o Estado vai ter que arcar. A segunda fase, que vai ser iniciada no ano que vem, tem mais um tanto disso. Então, é o maior investimento em curso no Brasil, hoje, em obras preventivas, de proteção da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Secretário.

Registrarmos a presença do senhor Ivo Biazzolo, Prefeito de Fraiburgo; do senhor Euclides Cruz, Prefeito de Tangará; do senhor Celso Brancher, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Videira; do senhor Márcio Santini, gerente de Turismo, Esporte e Cultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Videira; e do senhor Ludovino Labas, Prefeito de Lebon Régis.

Vamos, agora, passar a palavra aos Prefeitos para sabermos o que acham do sistema e o que podemos fazer, iniciando pelo senhor Ivo Biazzolo, Prefeito de Fraiburgo, que convive com esse problema.

O SR. PREFEITO IVO BIAZZOLO (Fraiburgo/SC) - Bom-dia a todos e à mesa já nominada.

Eu acho que esse assunto é de suma importância e o Município de Fraiburgo já colabora com o radar para ajudar na proteção, mas eu gostaria que esse assunto fosse discutido não na forma de combate ao granizo. Se vocês perceberem, entre os Municípios da região, nos últimos anos Fraiburgo é o que tem sofrido menos com a seca, justamente por ter esse tratamento antigranizo.

Em outros países esse processo está acontecendo. Em todo o Chile esse tratamento está sendo patrocinado, a própria China comprovou um aumento de 15% a 20% de chuva quando usado esse tratamento. Então eu gostaria que o Estado visse isso, principalmente para a região oeste, não somente como combate ao granizo, mas como um sistema que faz chover mais.

Comprovadamente, nos últimos anos todos os Municípios ao redor de Fraiburgo tiveram perdas grandes com estiagem e Fraiburgo praticamente... Pode ver que o Município nunca se cadastrou por problemas de falta de chuva. Isso está comprovado, é um trabalho que tem dado resultado.

Eu gostaria que o doutor Luiz Borges Júnior, que é o nosso Secretário da Agricultura, falasse alguma coisa a respeito, pois ele e o Valeri desenvolveram um trabalho na Bahia direcionado à questão da chuva. Ele tem um grande conhecimento do assunto e tem trabalhos feitos no Brasil e fora do Brasil de combate à estiagem através desse processo do programa antigranizo.

Agradeço a oportunidade. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Beleza.

Com a palavra o Secretário Municipal de Agricultura de Fraiburgo Luiz Borges Júnior, famoso Luizão Borges, homem da maça de Fraiburgo, ex-presidente da Associação Brasileira dos Produtores da Maça.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL LUIZ BORGES JÚNIOR (Fraiburgo/SC) - Bom-dia a todos. Para ter um aumento de ganho de água é preciso ter condição de armazenar, tem que ter uma rede de barragem, de represa, ou locais para poder armazenar a água.

Fizemos uma experiência na Bahia no ano passado, porque já estamos no terceiro ano sem chuva, e na região onde ela foi aplicada as barragens encheram e a empresa que pagou conseguiu resolver o problema, mas tem que ter a barragem.

No caso específico de Fraiburgo, onde a chuva é mais equilibrada, temos notado que não tivemos mais perdas significativas nas lavouras porque o sistema, além de impedir o granizo, aumenta a precipitação.

O Primeiro Ministro chinês, numa Conferência Internacional de Mudanças Meteorológicas, mostrou que a China estava num programa que tinha aumentado as precipitações de chuva usando iodeto de prata de 14% a 25%. O Chile também tem um trabalho e está levando para todas as províncias chilenas, está expandindo essa cadeia com iodeto de prata, em alguns casos acima de 20%.

Com relação ao oeste de Santa Catarina será preciso ter uma estrutura para armazenar a água, mas hoje a técnica conjunta resolve: faz-se a rede de armazenagem e depois usa-se o sistema para aumentar as chuvas. Então, a técnica nos Estados Unidos e a técnica mundial é esse sistema, e nós o comprovamos numa fazenda deles, com dez mil hectares, onde encheram todas as represas no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Euclides Cruz, Prefeito de Tangará.

O SR. PREFEITO EUCLIDES CRUZ (Tangará/SC) - Quero cumprimentar todos os membros da mesa e em especial o Deputado Reno Caramori, que fomentou esta audiência em busca de um trabalho para a nossa agricultura, para o meio urbano como as casas, as empresas etc., que estão à mercê dessa situação que é preocupante.

O Município de Tangará vem trabalhando e se comprometendo em cima desse trabalho há muito tempo, mas no momento, como diz o Secretário, as Prefeituras estão falindo, a nossa está falida, estamos com dificuldade de contribuir para esse sistema. Porém, é preocupante, sim, e é necessário fazer um trabalho forte porque mexe com a economia do Município e da região.

Pode ter certeza de que o Secretário, levando ao Governador que se preocupa com a nossa agricultura, ele vai apoiar o projeto e dar incentivo para nós podermos fazer o melhor para Tangará.

Eu ia fazer duas perguntas, mas uma já está respondida. Comentava-se, no tempo da Perdígão, na integração, que quando soltavam esses gases, o foguete, a chuva diminuía, espantava a chuva da região, mas agora já falaram que aumenta o volume de água na região. Uma das perguntas que eu ia fazer era que a gente questionava que não tinha como eliminar a chuva do lugar através do gás, não tinha motivo nenhum para espantar ou fazer com que não chovesse na região, mas era uma queixa dos produtores e o presidente do Sindicato está aqui comprovando isso.

Outra situação: os extremos. Onde instalarem os geradores, eles só protegem mais centralizado. Quería saber se eles vão proteger aquela região onde for instalado ou só o centro do circuito todo?

Gostaria que o Russo explicasse melhor para podermos entender.

O SR. VALERI ILIINE (Russo) - Aumenta a precipitação de 15% a 20% com o funcionamento desse sistema antigranizo nos dias em que ele é ligado, porque não ligamos todos os dias o sistema. Por exemplo, hoje o sistema está desligado e a precipitação está baixa. Somente nos dias em que o sistema está ligado é que tem aumento de 15% de nuvens conectivas, a precipitação.

Foi mostrado um gráfico, não queríamos mentir, de eficiência e média do sistema é de 70%; periferia de sistema, em termos de 30%. Diminui bruscamente a eficiência do sistema, mas sempre vai existir

periferia de sistema. Chegou até o ultimo gerador para instalar mais para frente, sempre. Porque a eficiência do sistema dentro do polígono, o polígono é maior do que a periferia, isso foi comprovado e mostrado que existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Ludovino Labas, Prefeito de Lebon Régis.

O SR. PREFEITO LUDOVINO LABAS (Lebon Régis/SC) - Bom-dia.

O nosso Município, por ser grande, não tem uma cobertura total de tanto geradores que são necessários. A gente percebe, conversando com os agricultores e estando na agricultura, o benefício que traz para os agricultores, para as pequenas indústrias e para o meio urbano.

O Poder Público municipal não tem condições de manter muitos geradores. Temos uma pequena participação, mas precisamos de muitos geradores no nosso Município, por ser um Município grande, e temos quatorze ou dezesseis geradores hoje, o que é pouco. Mas sabemos que onde os agricultores têm condições de manter esse gerador, eles têm uma prevenção de 100%, e aqueles agricultores que não têm condições são muito atingidos pelo granizo. Então, essa parceria com o Estado, com o radar, é indispensável porque colabora, contribui muito com os agricultores e com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Agora vamos abrir para as perguntas. Com a palavra o senhor Márcio Santini, gerente de Turismo, Cultura e Esportes da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Videira.

O SR. MÁRCIO SANTINI - Bom-dia a todos.

Vou contar uma história: fomos fazer um curso no Município de Joaçaba entre janeiro e fevereiro, sendo que no meio do curso pensamos e falamos que íamos implementar o antigranizo. Já faz dez anos que trocamos ideia e queremos que seja implantado. Nas idas e vindas de Florianópolis para cá, há dez anos, faltavam recursos, mas agora, graças a Deus, com o Milton lá e com a política do governo do Estado para prevenir desastres... Esse é um dia que vai ser o mais feliz da minha vida, e o outro vai ser na assinatura do contrato e licitar rapidamente para que seja implantado ainda este ano, porque isso demora devido ao processo legal.

Sugiro que não onerem as Prefeituras este ano, porque elas estão com o caixa estourado - todos os Prefeitos dizem que não têm dinheiro sobrando e o Prefeito do meu Município não é diferente dos demais -, e que esse projeto se prolongue para dezoito meses. Por que dezoito meses? Porque pega essa safra e a safra que vem.

Se tudo for como a gente imagina, esse projeto vai virar programa porque, como disse o Biazzolo, se aumenta a precipitação temos que ou fazer a armazenagem, como disse o Borges, ou a cisterna. Aliás, a cisterna ficou esquecida de novo, temos que fazer um curso no Nordeste para vermos que a solução é a cisterna. Fui a uma casa, em Caxias, na qual a dona, em 1965, fez um buraco - por azar é parente da minha falecida avó - e construiu uma cisterna, sendo que naquela época não tinha problemas de chuva por lá, mas até hoje a cisterna está lá. Então, essa é a mentalidade das pessoas na casa, não é nem para irrigar tomate, cebola, nada, é na casa.

Então, como proposta, peço que não onerem as Prefeituras, que o programa passe para dezoito meses e que seja implantado ainda este ano. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O V Bitencourt] Sei que o Milton vai ter mais possibilidade de convencer o Governador, que já é parceiro, e parabenizar pelos feitos da Defesa Civil, que agora está mostrando a cara e é o que a gente quer, que ela fique cada vez mais forte e mais atuante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado.

Com a palavra o senhor Albino Bongioiolo Neto, vice-presidente da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo.

O SR. ALBINO BONGIOIOL NETO - Eu acompanhei esse sistema desde 1996, na verdade acompanhei o sistema com foguetes também, mas de queimadores é de 1996 para cá. Então, eu acho que o sistema realmente funciona bem e depende muito dessa rede de que o Valeri falou. Então a gente percebe que os pomares que ficam mais na extremidade ou mais no limite sempre têm mais propensão ao granizo. Então dá para ver que quanto mais aumentar essa rede, com certeza mais eficiência nós teremos. Toda essa parte central, hoje, de Fraiburgo, funciona melhor do que a periferia, tipo Monte Carlo, Lebon Régis ou Caçador, a gente percebe que tem mais risco do que Fraiburgo. E Fraiburgo não é porque tem menos propensão, ele sempre foi muito propenso ao granizo.

Agora Fraiburgo teve... Eu estava conferindo aqui com o doutor Luiz, Fraiburgo e região, pegando Monte Carlo e Caçador, nós já tivemos 15 mil hectares de maça e hoje estamos aí com 5 mil hectares. Então, até agora, a Associação carregou esse sistema nas costas, essa que é a verdade. E agora nós estamos ficando pequenos e aí nós precisamos cada vez mais de ajuda para conseguir manter o sistema. Felizmente, eu acho que tem Prefeituras que têm ajudado.

Mas eu sou testemunha, o Valeri eu acho que faz dez anos que está... Conversa com o Secretário, parece que vai dar certo, daí troca o Secretário, aí começa todo o convencimento de novo para poder argumentar e convencer as pessoas de que realmente precisa. Só que, infelizmente, em política sempre existe essa mudança e acaba não acontecendo.

Então me parece que desta vez a coordenação está melhor e eu acho que fica com o Secretário a bola para ver se nós conseguimos, realmente, desta vez, convencer de que isso é importante. E eu acho que é importante principalmente para o pequeno, que não consegue fazer nada. Ele depende do Poder Público, depende de uma associação, depende da ajuda dos demais.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado.

Com a palavra o nosso amigo Celso Brancher, Secretário Municipal de Agricultura de Videira.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL CELSO BRANCHER (Videira/SC) - Cumprimentar todos os integrantes da mesa na pessoa do Secretário Milton.

Nós acompanhamos esse programa desde 1997, e recordo quando a Prefeitura começou a ser parceira, no início de forma mais acanhada. Gostaria de aqui externar o que o Valeri colocou no início, na sua apresentação, que em 2009 o Município participava com em torno de cinco geradores e hoje estamos patrocinando nove. E naquela oportunidade, justamente na divisa com Fraiburgo, a colocação estava conforme a tecnologia preconizada pelo sistema francês, com um raio de 5 quilômetros de distância. E, assim mesmo, tínhamos alguns pontos daquelas comunidades que eram sistematicamente atingidos pelo granizo.

Aí, em conversa com o Valeri, começamos a analisar a questão da topografia, porque na França a topografia é plana e aqui a topografia é acidentada. Então conseguimos colocar, até temos aqui dois produtores presentes que podem testemunhar... Adensamos mais, colocamos em mais três pontos daquelas comunidades e praticamente não tivemos mais perdas a partir de 2009. Na época foi um convencimento, na pessoa do então Prefeito Carelli, para nós praticamente aumentarmos 50% do investimento, mas os resultados foram muito positivos.

E eu gostaria aqui de dizer mais: que a nossa região, como foi citado aqui, que na maçã, de 15 mil hectares hoje são só 5 mil, nós temos na pequena propriedade, sempre tivemos na fruticultura, não tanto na maçã aqui nos Municípios próximos de Fraiburgo, mas especialmente em Tangará, Pinheiro Preto, Videira, Arroio Trinta, na fruticultura de caroço e na viticultura uma grande oportunidade de renda da nossa pequena propriedade. E nós conhecemos, já acompanhamos aqui a Prefeitura de Videira há vinte anos, e temos percebido que muitos produtores eliminaram, erradicaram seus pequenos pomares justamente por terem perda em dois, três anos consecutivos. Isso acaba desmotivando.

Então acho que os números, a matemática não mente, esse custo benefício apresentado pelo Valeri de 1 para 24, ou seja, para cada real investido uma garantia de R\$ 24,00 de movimento econômico... E nós aqui, Deputado, estamos numa região com grandes problemas de perda de movimento econômico. Por razões diversas nós estamos enfrentando uma grande dificuldade e não temos como atrair grandes empresas. Então acho que o investimento que o Estado poderá fazer, e com um retorno bem significativo... Porque eu acho que uma relação de 1 para 24, são poucos os investimentos em que se tem um retorno assim. O senhor como empresário, que sabe fazer conta como poucos...

Então eu quero aqui endossar as palavras dos que me antecederam e, de fato, colocar que o sistema tem funcionado. Claro que na periferia é um pouco menor a proteção, mas é bom que se diga o seguinte: que esses 84 queimadores que funcionam, eles funcionam graças ao voluntariado das pessoas que fazem esse trabalho. É bom que se diga o seguinte: as três questões aqui apresentadas pelo Valeri, quando, onde e quanto, não exatamente nessa ordem, mas o quando... De setembro até abril, nessas propriedades onde tem o queimador, sempre tem alguém de plantão, seja sábado, domingo, final de semana, feriado, eles não saem, sempre tem alguém em casa, porque a qualquer momento pode receber um telefonema que tem que ligar o queimador. E essas pessoas não recebem nada por isso. Claro que todos esses 84 têm alguma atividade de interesse para ser protegida, por isso que em Tangará, mais a oeste, nós já não temos mais fruticultura, então se terá também alguma dificuldade de alguém que se proponha a fazer essa operação de forma gratuita. Mas, de fato, a proteção existe e a prova aqui está na comunidade de Cambuim e no distrito de Lourdes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Mais alguém inscrito?

Passo a palavra ao senhor Milton Ernesto Coldebella, agricultor de Videira.

O SR. MILTON ERNESTO COLDEBELLA - Eu sou agricultor lá de Lourdes e quero dar o testemunho do que o Valeri e o Celso falaram. Eu sou um desses agricultores que foram atingidos três anos por granizo. Nós procuramos o Valeri e ele tomou a iniciativa de fazer o que era preciso. São três anos, não deu mais granizo lá. Pequena coisa, como ele falou, o granizo bem fino, pouca coisa.

Então eu estou dando testemunho do que o Celso falou e do que o Valeri falou. Eu sou um desses agricultores atingidos três anos a fio, com três anos de oito a nove granizos, e graças a Deus, até aqui, depois de ter sido instalado esse sistema, foi o problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado.

Com a palavra o senhor Sérgio Alberti, presidente da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Tangará.

O SR. SÉRGIO ALBERTI - Bom-dia a todos. Além de presidir a Cooperativa, nós temos uma pequena indústria de suco e o Valeri já é nosso conhecido lá. Nossa comunidade foi extremamente prejudicada por várias vezes. Até hoje a gente não conseguiu recuperar. Para ter ideia, Secretário, nós colhíamos em torno de 260 toneladas, 270 toneladas de uva. Naquele ano nós colhemos 1,8 toneladas de uva, e até hoje nós não conseguimos recuperar, nem com o acompanhamento da Epagri para recuperar a planta. Porque não foi só a safra perdida, só o produto, foram os anos de perda de planta. E nos anos que nós trabalhamos com o antigranizo não foi perdido nada. E estamos aí trabalhando para nós conseguirmos fazer voltar isso, porque com certeza o retorno financeiro existe.

Era isso o que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Muito obrigado, Sérgio.

Com a palavra o senhor Olivo Benincá, produtor rural.

O SR. OLIVO BENINCÁ - Bom-dia a todos.

Eu sou um dos primeiros que comecei com gerador lá na minha casa, no Cambuim, e teve um ano, acho que em 2009, bem certinho, num raio de 800 metros, 1.000 metros ao redor não caiu granizo. Daí foi conversado com o Secretário para instalar os outros.

Então eu acho que não podemos deixar escapar essa oportunidade, porque vai trazer benefício para toda a região e não só... O produtor de fruta, que muitos dizem lá, tem uns produtores de aves ou de milho que dizem: "Ah, não, deixa os gringos que se lasquem, paguem a fruta". Acham que nós, produtores... Custeamos por dois ou três anos os geradores, agora é que a Prefeitura vai nos ajudar.

Então é esse o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Benincá.

Por favor, mais alguém? [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

Passo a palavra ao senhor Sérgio Neres da Veiga, coordenador de fruticultura da Epagri e da SC Rural de Videira.

O SR. SÉRGIO NERES DA VEIGA - Bom-dia a todos.

O gerente Jonatan teve que sair, mas vou falar alguma coisa pela Epagri. Minha experiência é mais com fruticultura. A gente sabe que os produtores estão perdendo muito com o granizo e sabemos que os queimadores não são a única solução, mas é uma solução viável para os pequenos produtores, principalmente.

Está sendo incentivada pelo governo do Estado, através do Juro Zero, a cobertura com tela antigranizo. É uma alternativa, com um custo de mais ou menos R\$ 35 mil por hectare, por produto. Então, não é acessível a todos os produtores, porque muitos estão descapitalizados e não é a melhor forma. Mais uma vez enfatizando o que o pessoal já comentou da importância de trabalhar com esse projeto do antigranizo, que vem beneficiar muitos produtores e fruticultores. Também reforçar que o granizo, de uma forma geral, prejudica não só os fruticultores, mas todo o sistema de lavouras, pecuária e a parte urbana.

E reforçar o que o Santini comentou sobre as cisternas: nós temos que tornar uma política pública também a questão da água da chuva, não só com poço artesiano, mas com cisternas e barragens também. Eu acho que são soluções mais baratas e mais viáveis; não podemos só pensar em águas subterrâneas, as águas superficiais também devem ser preservadas e é uma maneira mais em conta e mais eficaz para a agricultura e para o perímetro urbano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Pedro Rabuske, vice-Prefeito do Município de Pinheiro Preto.

O SR. VICE-PREFEITO PEDRO RABUSKE (Pinheiro Preto/SC) - Bom-dia a todos.

Acredito que essa seja uma ideia fundamental. Acho que a região aqui, muito bem colocado pelo Secretário de Videira, é uma região de pequenos produtores e que não pode perder essa oportunidade.

Então acho que temos que levar a frente, que as Prefeituras estão numa situação um pouco prejudicada, mas acho que tem que ver tudo o que se pode fazer e somos parceiros para que isso aconteça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - É importante esta reunião, e pela importância dela pode-se observar que tem pouca gente. Nós procuramos fazer todos os convites, não intimar, mas pedir a presença. É importante isto aqui porque temos que achar uma solução urgente, e a decisão nós temos que tomar em conjunto, eu entendo assim.

O problema da água da chuva... Eu estava dizendo ao Secretário que dos meus 7 anos até meus 15 anos tomei só água da chuva. Eu morava em Florianópolis, que antigamente era coxilha seca, não tinha água mesmo. Lá em Getúlio Vargas nós tínhamos cisternas em que era coletada, na época, a água da chuva. Não era cisterna de mil litros, era uma de cento e tantos mil litros e outra de quase duzentos mil litros, feita de tijolo maciço, redonda, metade enterrada, metade aérea, bem cobertinha. Quando chovia, corríamos lá para encaixar o cano. Primeiro deixávamos lavar o telhado e depois colocávamos uma bacia branca de esmalte para ver se não tinha mais impureza ou terra, porque lá não tinha calçamento. Depois, engatávamos o cano; quando parava a chuva corríamos e desengatávamos o cano, tapando os dois. E aquela cisterna durou mais de quarenta anos, agora a demoliram e reconstruíram na região, mas é uma solução.

Esses tempos alguém me disse que a água da chuva tem que ser tratada. O pai tratava, periodicamente colocava 1 quilo de cal virgem. Só tinha a portinha, bem vedadinha, em cima era tapadinha. Pegava, abria a portinha e jogava lá dentro 1 quilo de cal virgem, era esse o tratamento. Nunca vi dizer que alguém adoeceu por causa da água da chuva não ser tratada.

Então, eu acho que é importante o sistema de armazenamento de água e as cisternas hoje têm facilidade, pelo amor de Deus! Faz submersa, levanta, bota outra, é tão fácil de fazer!

Consulto se alguém mais gostaria de fazer o uso da palavra?

O SR. PREFEITO LOURENÇO BECKER (Videira/SC) - Secretário, mais uma vez aqui quero destacar a importância das palavras da Epagri no que se refere à cisterna.

Em 2009, como Presidente da Câmara, fiz indicação no sentido de efetivar esse sistema, mas infelizmente ninguém quis assumir o ônus financeiro desse programa, nem as agroindústrias nem os interessados. Também entendendo que não deveria recair só sobre o Poder Público municipal, na época foi sugerido que em todas as construções, ampliações ou reformas de chiqueiros ou aviários fosse obrigatório ter esse sistema para quando houvesse dificuldade com o abastecimento de água. Cada Município deveria pensar individualmente nessa questão, através de um projeto de lei envolvendo também as empresas que tinham interesse nisso, porque tendemos, também, a pensar e achar que o Estado é responsável por tudo. Isso aí também é complicado.

Com relação a esta audiência pública, ficou demonstrada a sua importância e o que se pode fazer daqui para frente para prevenir essas questões com relação ao antigranizo.

Quero agradecer particularmente ao Deputado Reno Caramori e ao senhor Secretário Milton Hobus pela presença neste dia em relação a este assunto de tamanha importância para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado Prefeito.

É uma realidade, eu acho que chegou a hora. Não adianta nós estarmos lá, Secretário... Eu sou Deputado de sexto mandato e quando chega à época o assunto é o mesmo. Então, nós temos que achar uma solução.

Agora é aquilo que o Secretário... Teríamos que ter a participação de todos os segmentos organizados. Tenho certeza de que nós temos empresas que necessitam dessa proteção e que deverão participar; procuramos empresários, solicitei a presença do presidente da Associação Comercial, da CDL, dos sindicatos, isso é importante debater.

Agora, Secretário, não sei se não poderíamos provocar mais uma reunião junto à Facisc para reunir as Associações Comerciais - porque a Facisc é o guarda-chuva - e também trocar ideias e discutir. Quanto mais ideias boas, mais fácil de resolver o problema.

Com a palavra o senhor Prefeito Ivo Biazolo, do Município de Fraiburgo.

O SR. PREFEITO IVO BIAZZOLO (Fraiburgo/SC) - Deputado e Secretários, nós temos um probleminha também. Quando a gente vai fazer um reservatório de água para usar na lavoura, normalmente em uma baixada, aí vem a Ambiental, vem a Fatma, é um Deus nos acuda e a gente não consegue fazer nada.

Tínhamos do governo, antigamente, o Pró-Várzea, que era para eliminar os banhados, e agora se você fechar qualquer coisa... Eu, por exemplo, fechei uma lagoa que não era para criar peixe, era para

irrigação. No centro da lavoura tem uma reserva de água muito boa, mas como tinha uma nascentezinha de água, agora tenho que deixar 30 metros ao redor e acabou minha lavoura.

Quer dizer, então temos que ver isso. Todo mundo quer fazer sua reserva de água, aí chega a Fatma, a Ambiental e nós não podemos fazer nada! Então não somos mais donos do terreno, porque aí é reserva para isso, reserva para aquilo, e os impostos nós é que temos que pagar. E fica reserva de tudo quanto é lado, não podemos fechar, é uma burocracia, é um incômodo, fora as multas que levamos e que são pesadas.

Então quem está fazendo reserva de água, eu acho que se o banhado cobriu o olho d'água tem a água e vai conservar mais ainda.

Gostaria de deixar registrado para que ajudem os produtores a fazer as reservas de água, mas que não venha ninguém incomodar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Nós tivemos aqui em Videira uma reunião com o Ministro Gregolin, muitos dos senhores estavam presentes. Tivemos, também, uma primeira reunião em Tangará e eu disse ao Gregolin o seguinte: que nem embaixo da cama, no penico, nós podemos criar peixe, porque não temos mais penico, aboliram o penico, porque não tem onde fazer. Se vai fazer em um banhadinho vem a Fatma, o Ibama e a Ambiental e não pode.

O Gregolin estava distribuindo máquinas, programando para as Prefeituras as escavadeiras hidráulicas, e eu falei: "Gregolin, pode levar de volta ou então que não se destine para a construção de açude, porque não vai ter condições". Então, é para arrumar estrada. E melhorou um pouco, Ivo, nós temos batido muito nisso, nós não vamos fazer açude em cima do morro para depois bombear água, temos que fazer o açude em locais que ofereçam condições de armazenamento, de fechar a barragem com todos os cuidados.

A Epagri tem feito os projetos. Eu acho que tem que se achar uma solução viável, porque o homem tem que viver e ele usa a natureza para sua sobrevivência, mas ele não pode ser simplesmente um escravo da natureza; ele tem que compartilhar com a natureza a sua vida e a natureza tem que nos dar aquilo de que precisamos para darmos retorno a ela agora. [*Taquigrafa-Revista: Dulce Maria da Costa*]

Nós temos quem entende, quem tem mais sensibilidade e quem tem menos. Nós tínhamos uma autoridade dessas, que não vou dizer nome, que era só falar em fazer açude e ele já dava um soco na mesa: "Não pode! Água tem que correr!". Ela corre, ela enche o açude e o excedente vai embora, é óbvio. Então é complicado.

Ivo, tu tens razão, isso é uma questão de discutir na outra área com a Fatma, com a Polícia Ambiental, porque nós estamos regredindo na criação de peixe. Nós criamos uma comissão que tem programa na criação de peixe em cativeiro, em açudes, mas não pode fazer açudes! É uma dificuldade tremenda. Então, por isso eu acho que é importante. Obrigado pela tua observação.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL MILTON HOBUS (SC) - É por isso mesmo, Prefeito, que eu falei da necessidade de construirmos um plano diretor com visão de longo prazo, porque assim você envolve todos os órgãos e sabe que aquilo é uma coisa que tem começo, meio e fim. Para onde você vai agir, analisa microrregionalmente, faz o entorno do Estado nesse meio e envolve todos que têm que ser envolvidos, a Ambiental e tudo, para você aprovar um projeto desses e aí, sim, vamos seguir. É nessa linha, é nessa direção. O Estado precisa disso e temos que fazer isso com urgência.

Eu assumi esse desafio, coloquei isso para o Governador e ele me deu a incumbência e a autorização para fazermos. Estamos buscando as formas de fazer o Termo de Referência para poder contratar ajuda e desenvolver esse estudo. Vamos precisar da *expertise* de cada região com as informações, isso é fundamental, mas vamos fazer isso porque sem isso nós vamos continuar nesses entraves. A gente pensa em fazer alguma coisa boa, vem outro lá e diz que não pode. Então vamos fazer o estudo macro do Estado. O Estado precisa disso.

O SR. PREFEITO EUCLIDES CRUZ (Tangará/SC) - Deputado, teve, sim, o envolvimento da Regional do governo do Estado em distribuição de cisterna. Hoje, no nosso Município, tem várias oportunidades. O que está faltando é incentivo, vamos dizer assim. Hoje o valor é R\$ 30 mil, metade o produtor paga, metade o governo paga. É isso o que está dificultando um pouco, mas as oportunidades estão aparecendo e está sendo distribuído para a região. Que isso venha a acontecer!

Mas quero focar aqui no trabalho do antigranizo. É muito importante que a gente tenha o foco em cima disso, porque está prejudicando a nossa região. Como disse o Sérgio Alberti, não é só naquele ano: dificulta em vários anos para recuperarmos a planta ou a atividade. Isso é preocupante e temos que levar ao Governador para que ele nos apoie, incentive e dê os recursos para mantermos a segurança da nossa atividade, da fruticultura na nossa região, e, como foi comentado, no todo. Isso daí tem que ser levado para o Governador com seriedade e com o compromisso para que ele atenda a nossa região.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL MILTON HOBUS (SC) - Prefeito, o que eu acho que a gente poderia... O entendimento é um só, Deputado: todo mundo quer, sabe que isso é bom, que ajuda e protege o agricultor. Então não vamos tapar os olhos para algo que é bom.

O que eu pediria, para nós sermos práticos e objetivos? Para as associações de produtores que existem aqui, para as cooperativas da região etc., dentro dessa proposição da área de cobertura que vai ter, identificarem, de fato, quantos produtores existem, o que produzem e qual a sua disposição de contribuir. Porque se todo mundo vai ter resultado, cada um pode ir até sua associação e contribuir com alguma coisa. Fazer esse levantamento, aqui da base.

Eu posso dizer para vocês, pela conversa que já tive com o Governador, que o Estado vai ser parceiro. Mas nós precisamos ter essa parceria porque ela é justa; afinal de contas, é a proteção da propriedade individual. É claro que toda produção agrícola gera riqueza, mas ela gera riqueza para o produtor e para toda a cadeia que vem depois.

Eu acho que nós temos que encontrar uma forma - aí os líderes locais, os Secretários de Agricultura, os Prefeitos, os Secretários regionais vão buscar essa divisão, Deputado, e nós dois vamos nos encarregar de convencer o nosso Governador a botar a mão na guaiaca. Eu próprio, da Defesa Civil, desde quando comecei a estudar isso aqui... Por isso que me prontifiquei a representar o governo na audiência, para gente poder ter certeza de que isso é uma prioridade. Nós próprios, da Defesa Civil, vamos destinar um recurso para isso e eu tenho que buscar mais alguma coisa de outras áreas de governo, e vou discutir isso com o Governador.

Então, já fica o nosso compromisso de advogar nesse sentido: de pôr recurso da Defesa Civil estadual, porque esse é um sentimento do Governador, e nós vamos tentar fechar essa equação para fazer um contrato de parceria, pelo menos até dezembro de 2014, que é o prazo em que expira esse governo. Tomara que possa continuar, mas pelo menos até ali já fica garantido.

Essa é a proposição que eu deixaria aqui, e daí pedir agilidade nessa condução. De repente, vocês fizeram aqui - com a participação dos Prefeitos, das SDRs e das entidades que representam esses agricultores - esse levantamento do que nós vamos proteger com este projeto, senhor Valeri, de área plantada, mesmo que cultivada. Alguém reunir esses agricultores, a Epagri pode ajudar, e ver qual seria a participação, porque quando todo mundo contribui, fica mais leve para aqueles que estão custeando sozinhos, e não é justo isso.

Tem agricultores pagando sozinhos e isso não é justo; tem Prefeituras sobrecarregadas, não é justo; mas se todo mundo der as mãos e as gente encontrar uma equação, acredito que viabiliza e todos vão ter benefício com isso.

Essa é a posição que nós deixamos aqui. Pedimos então que, a partir das lideranças locais, aqui, Deputado, se forme essa equação, nos apresentem o mais rápido possível e eu, já esta semana, tenho a posição do Governador. Vamos tentar fechar um número por parte do Estado, apresentar esse número e construir essa equação o mais rapidamente possível - gosto de ser prático, essas coisas não se pode enrolar. O tempo de granzito já começou. Uma vez a gente fechando essa equação, nós vamos trazer o Governador aqui ou onde vocês disserem e vamos assinar esse troço logo, porque se é para fazer, vamos fazer logo.

Essa é a nossa posição, para não me alongar mais. Já é meio-dia, eu sei que o entendimento está claro aqui. Mas encaminhando, Deputado, a situação seria essa: tem que partir da base aqui. Nós vamos oferecer um número de contrapartida do Estado para tentar viabilizar isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - É importante, eu acho que o Secretário nos deu um direcionamento. Por isso, a minha preocupação em convidar as entidades, os órgãos constituídos para que a gente possa visualizar. Então as SDRs com as Prefeituras, com os Secretários municipais, com as cooperativas, com as associações, todos que são ligados com a Associação Comercial, com a CDL, são setores que representam uma camada social muito grande.

Eu acho que essa reunião tem que partir de casa, começar a provocar uma reunião macro para discutir rapidamente como é que nós vamos fazer, qual é a participação, qual é a proporção. O Russo está sempre à disposição, não é, Valeri, os nossos Prefeitos, para que se possa avançar rapidamente nesse processo.

Não adianta nós... Não estou puxando para o Governo, em absoluto, mas eu sei do processo. O governo não pode assumir sozinho isso. Não tem como, porque se trata de uma coisa globalizada, não é, Secretário? Ele vai beneficiar toda a sociedade. Eu acho que há a necessidade da participação da sociedade, seria a contrapartida da sociedade. Isso funciona assim. Eu acho que é importante porque quanto mais dividido, menor é a fatia para se dispor. Então eu acho que é importante isso.

Ainda tem tempo, alguém quer se manifestar?

O SR. SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NERY JOSÉ FRIZZO (SDR de Videira) - Eu estava falando com o Valeri e acho que nós temos que ser práticos. Por isso, estou colocando a SDR como propulsora para fazer esse levantamento junto com as Prefeituras, com os Secretários de Agricultura, com as entidades Cidasc, Epagri e com as associações e sindicatos, para que consigamos levantar esses dados o mais rápido possível. Nós não podemos perder tempo.

Então, a partir de amanhã, já vou estar entrando em contato com os Prefeitos, visitando, para que os Secretários já comecem a levantar o número de produtores que vão ser beneficiados e o quanto de área vai ser coberta. Para que se tenha em mãos, realmente, esses dados para entregar, o mais rápido possível, ao Secretário Hobus, para isso andar rapidamente. Nós estamos correndo contra o tempo. Então, a gente se coloca à disposição justamente para fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Nery.

Não havendo quem queira se manifestar... Eu acho, não precisa ser agora, mas conversar com os Prefeitos, com os Vereadores, com os Secretários, com as SDRs, isso é importante para se encontrar um denominador comum rapidamente.

Agradeço a presença de todos, mais uma vez, a presença de vocês. Podem ter certeza, foi muito importante, porque para o Secretário é muito importante levar as impressões de vocês. Os depoimentos funcionam e são muito importantes para que o Secretário possa chegar ao Governador e dizer: "Eu ouvi os depoimentos, o sistema é bom, o sistema funciona". Então, munam o Secretário, deem munição para ele. Aqui todo mundo é caçador: deem munição para o Secretário para ele poder, realmente, advogar esta causa.

Hoje, às 16 horas, teremos uma audiência pública em Caçador, no mesmo estilo daqui, para também buscarmos solução naquela região. Um abraço a todos, tenham um bom dia e que não dê granzito. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a audiência pública. [*Taquígrafa-Revisora e leitura final: Almerinda Lemos Thomé*] [*Revisão final: Carla Greco Granato*]

**DEPUTADO ESTADUAL RENO CARAMORI
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA DEBATER A PREVENÇÃO ANTIGRANIZO NO POLÍGONO VIDEIRA - CAÇADOR, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 16H, EM CAÇADOR

A MESTRE DE CERIMÔNIA NICOLI MADEIRA - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia. Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a esta audiência pública solicitada pelo senhor Deputado Estadual Jean Kuhlmann, Presidente da Comissão de Proteção Civil, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Reno Caramori, para debater a prevenção antigranizo no polígono da região de Caçador e Videira.

Neste momento, convidamos para tomar assento junto à mesa dos trabalhos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual e proponente da presente audiência pública Reno Caramori; o senhor Milton Hobus, Secretário de Estado da Defesa Civil; o senhor Francisco Stefanos, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador; o senhor Emerson Zanella, Prefeito de Macieira e Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp); e o senhor Valeri Illiine (Russo), meteorologista AGF Anti-granzito Fraiburgo Ltda.

Registramos a presença das seguintes autoridades: Vanderlei Dalpiaz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira (Sitruc); Mário Luiz Cachinski, secretário de gabinete, representando o Prefeito de Caçador, Gilberto Amaro Comazzetto; Rosecler Faoro, secretária executiva da Associação Empresarial de Caçador (Acio), representando o presidente Henrique Basso; Vereador Neri Vezero, representando o Presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, Vereador Carlos Evandro Luz; Eduardo Scapinelli, Secretário Municipal de Agricultura de Caçador; Alcir Bodanese, Prefeito de Rio das Antas; Valdemir Pedroso, Secretário de Agricultura de Lebon Régis; Álvaro Antônio Ribas Dourado, gerente regional da CIDASC de Caçador; Jair de Oliveira Carneiro, representando o presidente da Associação dos Pecuaristas de Caçador e Região, Joel Granemann; Charles Seidel, engenheiro, representando o gerente regional da Epagri de Caçador, Valdêres Rosset; Albino Bongiólo Neto, vice-presidente da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo; Dário Francio, gerente regional da Fatma de Caçador; Dirceu Szymkow, secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Rio das Antas; Sérgio Eloy Bisotto, diretor da Defesa Civil de Caçador; Aloir Brasil Moreira, Vereador de Lebon Régis; Anderson Luiz Carneiro, coordenador da Defesa Civil de Matos Csta, representando o Prefeito de Matos Costa, Raul Ribas Neto; Rene Müller, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Jean Kuhlmann, Presidente da Comissão de Proteção Civil da Alesc; Anderson Caetano, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Caçador; e Gilberto Haudsch, secretário da Fazenda de Caçador.

Comunicamos aos interessados em fazer uso da palavra que deverão fazer suas inscrições junto à equipe do cerimonial.

Com a palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Reno Caramori para condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - *(Cumprimenta as autoridades já nominadas e demais presentes.)*

Hoje é uma reunião eminentemente de trabalho, portanto não tem frescura. Nós precisamos desenvolver o mais rápido possível os nossos problemas aqui com brevidade porque o Secretário tem mais uma reunião hoje em Rio do Sul, e ele tem horário para chegar. Mas, vamos ter tempo suficiente para nós tratarmos desse problema.

Os senhores sabem o quanto o granizo tem danificado a nossa reunião. Nós já viemos há alguns anos brigando com isso, acerta daqui, acerta dali, Prefeito colabora, outro não colabora, o Governador não acha uma solução definitiva e sindicatos, cooperativas, associações, todo mundo quer participar, mas nós estamos um pouco desordenados.

Nós estivemos em Videira hoje fazendo uma reunião muito concorrida lá, muito boa, aonde o secretário regional ficou encarregado de, juntamente com os Prefeitos, Vereadores, entidades, cooperativas, depois fazer uma reunião só do pessoal local, da nossa região, para buscar um denominador comum. Depois nós vamos ver, no andar da carruagem.

Agora, para ser bem prático, nós vamos primeiro fazer a apresentação. O Russo vai fazer a apresentação dele para os senhores terem conhecimento de como funciona, o que é isso, o que representa, o que pode melhorar e o que pode trazer de benefício, do custo-benefício, bastante elevado que nós temos da manutenção desses equipamentos.

Por isso, e mais uma vez agradecendo a presença de todos, passo a palavra de imediato ao nosso amigo Valeri Iliine (Russo), meteorologista da AGF Anti-granizo Fraiburgo Ltda, para que faça a apresentação.

O SR. VALERI ILIINE (Russo) - Bom-dia. Hoje o dia é bem apropriado para o assunto antigranizo porque o sistema estava no quarto dia de setembro ligado até as seis horas da manhã - ligado. Tinha formação de granizo dentro das nuvens, mas graças a Deus não chegou a cair até a superfície.

Peço desculpas pelo meu português, pois sou russo, como o Deputado falou. Mas vou tentar explicar o funcionamento deste sistema e apresentar a parte técnica do projeto, que há muito tempo é discutido nas Regionais de Caçador e de Videira.

(Procede-se à apresentação de slides.)

A formação de granizo acontece dentro das nuvens de desenvolvimento vertical (nuvens fortes). Em nossa região, elas podem chegar até a altura de dezesseis quilômetros, dezoito quilômetros, e com fortes correntes ascendentes que asseguram a formação de pedras grandes. Periodicamente, em média 42 dias por ano, no início de junho acontecem quedas de granizos com grandes destruições na agricultura, na infraestrutura urbana e industrial.

O que acontece na formação do granizo? Meteorologia é física básica. Dentro das nuvens, em nossa região, acima de três quilômetros gotas de água super-resfriadas encontram impurezas naturais que rapidamente congelam formando grandes pedras. Quando essas pedras não se sustentam nas correntes ascendentes, as pedras caem. Começam a se derreter um pouco dentro da atmosfera com temperaturas positivas, mas não conseguem se derreter totalmente e caem como granizo.

[Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

Qual a metodologia do sistema? Enganar as gotas de água. Colocar o produto químico iodeto de prata - único produto químico de condensação reconhecido mundialmente -, que tem uma estrutura hexagonal parecida com o gelo. Essas impurezas artificiais são colocadas dentro das nuvens, e determinada quantidade de água que antes congelava por cima de uma impureza... agora vão congelar por cima várias impurezas, formando granizo inicialmente de menor tamanho. Por isso, quando ele cai, ou derrete totalmente ou fica de tamanho muito menor e menos destrutivo.

Segundo especialistas, devemos resolver três questões: onde? Quando? Quanto? Onde nós já sabemos e devemos colocar o produto dentro das nuvens quando atingirem temperaturas negativas; quando começar a formação de granizo; e devemos aumentar, mais ou menos, de uma ou duas impurezas naturais para vinte impurezas artificiais. Para isso, são usados no mundo vários veículos que levam o iodeto de prata até a região aonde acontece a formação do granizo. Pode ser com foguetes - já foram usados aqui na nossa região -; ou em asas de aviões, soltando por cima, ao lado, ou por baixo da nuvem; ou podem ser usados geradores de solo, também chamados queimadores de solo, que têm uma chaminé, um bujão de mistura de acetona com iodeto de prata, e o ar comprimido que empurra o iodeto de prata para a chaminé, acontecendo a queima e a liberação do produto. Nos Estados Unidos e na Rússia há geradores automáticos que usam o produto sólido, mas ainda não chegaram ao Brasil, onde usamos somente o produto líquido.

Em 1995, procuramos um sistema que pudesse substituir o uso dos foguetes, que é eficiente mas muito caro. Foi encontrado um sistema no sul da França que funciona desde 1950, há mais de 60 anos, e que usa esses geradores de solo. Lá são três milhões de hectares de área protegida, com seiscentos geradores instalados. No final de 1995, o doutor Dessens, que foi o mentor do sistema na França, visitou o Brasil. Aprovamos o projeto inicial, com o qual começamos a trabalhar; periodicamente mandamos para eles relatórios, e eles acompanham o nosso trabalho metódica mente.

Aqui *(mostra no slide)* alguns outros projetos, como esse dos Estados Unidos... existem vários projetos de combate ao granizo - aumento de precipitação. Aqui são algumas empresas americanas que trabalham com esses sistemas. Eu vi na Internet alguns sistemas que existem no mundo. A Hungria e a Croácia trabalham em conjunto com esse sistema que já funciona há cinco anos.

Aqui *(mostra no slide)* é a nossa sede onde foi instalado o sistema antigranizo. O sistema começou com o financiamento de fruticultoras de Fraiburgo. Essas empresas construíram essa sede. Primeiramente funcionou o sistema de foguetes, e a partir de 1996 começamos a trabalhar com geradores de solo.

O nosso radar meteorológico funciona na região desde 1988. Aproveitando a oportunidade, quero falar que embora a aparência dele seja velha as suas características técnicas e os produtos que ele produz são iguais aos radares modernos. O raio de observação é de trezentos quilômetros, e se ele for automatizado o raio de observação será de duzentos quilômetros, com boa precisão. Como falamos especialistas em automatização, foi apresentado um projeto em que a posição dele é muito importante para fechar todo o Estado no fornecimento de informações meteorológicas do radar.

Aqui *(mostra no slide)* é o nosso sistema inicial. Como falei, esse sistema, com a iniciativa dos fruticultores de Fraiburgo, tinha como objetivo principal proteger os pomares de maçã. Em 1996, 1997, foram instalados inicialmente sessenta geradores, e atualmente, com a participação das Prefeituras, das empresas produtoras de maçã, passou para 120 geradores: Caçador até Campos Novos, Curitibaanos, Santa Cecília, Tangará e Ibiã.

Como eu falei, o gerador é um veículo que leva o iodeto de prata para a atmosfera. Por isso, pensar que instalar o gerador já é suficiente para ficar protegido é um engano. Deve funcionar um sistema de geradores, como uma rede de geradores de solo. E é importante ligá-lo na hora certa porque, se é ligado muito tarde, o sistema diminui a eficiência; de repente, começam a se formar novas nuvens e não há tempo para formação de uma nova camada de reagente. Por isso é muito importante um sistema de comunicação rápido e eficiente.

Nós criamos um sistema de comunicação, com cinco blocos (conjunto de geradores), que são ligados separadamente. Com a ajuda das Prefeituras e das Secretarias de Agricultura, na hora de começar é passada a informação para ligar o sistema. O tempo para ligar todo o sistema é de vinte minutos.

A eficiência do sistema não é de 100%. Ninguém quer enganar ninguém. Para saber realmente qual a eficiência desse sistema, em 1997 criamos uma rede de granizômetros. Os canadenses passaram esse sistema para os franceses, e os franceses passaram para nós. É um sistema de 284 pontos com maior densidade na área dos pomares, dentro do nosso polígono e fora também, onde não há os geradores. O que significa essa rede de granizômetros? *[Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini]* É um suporte metálico onde você coloca placa de isopor; quando cai granizo ele deixa marcas, e você, com a ajuda de um programa de computador, já calcula a quantidade de pedras por metro quadrado, o tamanho máximo, o peso e - a principal característica - a energia cinética do granizo, a força de queda do granizo, a sua força destrutiva.

Aqui *(mostra no slide)* algumas das placas. Em 23 de outubro de 2008, este granizo, que mesmo antes de entrar para o sistema antigranizo estava muito intenso e com granizo grande. E na área do polígono defendido o tamanho do granizo e a sua intensidade diminuíram intensamente. Como eu falei, a eficiência do sistema não é 100%, mas comparando placas dentro e fora do polígono dá para ver que existe diminuição forte de granizo.

Junto com o pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, nós criamos um relatório de oito anos: 1998-2006, que já foi apresentado no congresso meteorológico. Aqui está colocado todo o granizo que caiu dentro desses oito anos: granizo fraco, granizo médio, granizo forte, granizo fortíssimo.

Agora vamos tirar o granizo fraco *(mudança de imagem)*, tiramos o granizo médio *(mudança de imagem)* e só deixamos o granizo forte *(mudança de imagem)*. Dá para ver que a concentração de granizo forte, dentro de 1998 a 2006, fica mais fora da nossa área. Atinge fortemente a região de Caçador, onde o sistema foi estabelecido somente em 2005, no final. Tinha alguns geradores, mas na região de Caixa da Água nós conseguimos em 2005 fechar com o financiamento da Prefeitura. Nas áreas dos pomares, por exemplo, já não tem granizo forte, mas são bem menores do que acontece fora do polígono.

Como resultado do trabalho, aqui (*aponta para a imagem*) em amarelo, a soma da energia cinética dentro do polígono próximo aos pomares: menor onde tem nossos geradores; e fora do polígono: bem maior. Somando tudo isso, com o pessoal da Universidade criamos um esquema ideal (mínimo necessário, segundo metodologia francesa, para proteger 100 mil hectare e 19 geradores). E como eficiência, no centro do polígono: diminuição de granizo fraco, quase 100%; a diminuição de granizo forte é de 72% - claro, a eficiência diminuindo para a periferia do polígono. No centro sempre a eficiência é maior. Nós não queremos enganar ninguém dizendo que qualquer parte do polígono tem eficiência ideal. O centro do polígono é mais protegido.

Por exemplo, o granizo que aconteceu dia 1º de setembro deste ano - até apareceu vídeos na Internet - em Videira foi forte. Mas por que aconteceu? Porque entrou uma nuvem de fora da área protegida, e Videira, como cidade, só tem geradores a partir da linha Experimental. Quando entra o sistema forte, Videira não é protegida; neste caso é preciso instalar os geradores no Município de Iomerê para proteger Videira quando tem este deslocamento das nuvens.

Aqui (*aponta para a imagem*) nós queremos apresentar os dados de um projeto, que agora é um projeto conjunto, a pedido da Secretaria da Defesa Civil. Não é um projeto separado para a Regional de Videira ou para a Regional de Caçador. Esse projeto conjunto abrange 14 Municípios, com uma área total de 600 mil hectares de polígono protegido; com mais de 200 mil habitantes, tendo mais de 7 mil famílias da agricultura familiar (esse sistema antigranizo é importante para eles); com produção agrícola média de R\$ 750 milhões; e com prejuízos causados pelo granizo na média de 20% nessa região (segundo dados da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo).

A nossa rede de granizômetros mostrou a eficiência média do sistema antigranizo em torno de 70% na área agrícola e quase 100% na área urbana e industrial, o que proporciona um custo-benefício estimado de 1 para 24. E o custo médio anual do sistema antigranizo fica entre R\$ 3,00 e R\$ 8,00 por hectare.

Por que falo da grande diferença? Porque o principal custo do sistema antigranizo é o produto, e tem duas partes: a operacional do sistema, custeio, que são salários, energia elétrica, combustível, peças de reposição etc., representando 20% do custo, e 80% representa o que nós queimamos no campo - o nosso produto, iodeto de prata. Atualmente o custo de um litro é em torno de R\$ 24,00, e um litro do produto faz um gerador funcionar durante uma hora. Então, o funcionamento de um gerador durante uma hora custa R\$ 24,00.

Hoje você não sabe como vai ficar a periculosidade, por exemplo, em dezembro. Se a periculosidade dos processos formadores de granizo vai ficar alta e com grande frequência, o custo do reagente consumido pode chegar a até R\$ 8,00 por hectare ao ano. Por exemplo, em janeiro de 2009 o sistema ficou ligado todos os 31 dias. Se a periculosidade ficar mais baixa e com menor frequência, não passará de R\$ 3,00.

Aqui (*aponta para a imagem*) o esquema de onde devemos instalar mais geradores para ampliar o sistema. Atualmente, essa parte do nosso polígono (*aponta para a imagem*) de Tangará até Caçador tem 75 geradores em funcionamento. Até o final de setembro entrarão os produtores de tomate, e ficarão 84 geradores em funcionamento, mas para cobrir toda a área e atender a todas as reivindicações dos agricultores precisamos instalar mais 55 geradores, ficando assim um total de 139 aparelhos.

Por exemplo, para proteger melhor a região de Linha Santa Bárbara, em Videira, é necessário instalar os geradores na Linha Santo Isidoro e na Linha União, de Pinheiro Preto. Outra reivindicação e no triângulo De Marari, Santa Rosa e Passo de Felicidade, no Município de Tangará: instalar mais geradores para aumentar a concentração de reagente e melhorar a eficiência do sistema, porque é um lugar muito perigoso para a formação de granizo. Mesmo em Tangará é preciso instalar geradores na região da Sede Dona Alice, porque lá é a entrada das nuvens; o relevo é muito acidentado e sempre forma granizo.

Em Fraiburgo, nós temos muita área com falta de geradores no norte do Município, onde foram erradicados pomares de maçã, mas a agricultura familiar é muito forte. Aumentar a densidade dos geradores é uma necessidade operacional de experiência adquirida nos últimos vinte anos de trabalho. Por exemplo, a iniciativa da Secretaria de Agricultura de Videira: instalar mais quatro geradores na região do Cambui, e depois disso, nos últimos quatro anos, não houve mais a incidência de granizo significativo. E aqui estão presentes os agricultores da região, que podem confirmar e dar o seu depoimento.

Os principais benefícios do sistema antigranizo são a diminuição das perdas nas lavouras; proteger integralmente a infraestrutura urbana e industrial. Inclusive, a Associação Comercial e Industrial de Caçador, depois da queda de granizo em 2001, financiou a instalação de três geradores em volta da cidade para proteger a cidade de Caçador, sendo que mais tarde esses geradores foram assumidos pela Prefeitura.

O importante é que todo o polígono fica dentro da área de cem quilômetros de observação do nosso radar, com maior precisão na observação da formação de granizo. Isso é importantíssimo para nós

porque, por exemplo, se as nuvens observadas ficarem acima de duzentos quilômetros, as informações do radar não são tão precisas e gera dificuldades. Você trabalha com melhor precisão dentro do raio de cem quilômetros.

Aqui (*aponta para a imagem*) é uma estimativa de custo que temos. Vamos somente falar sobre de 2014. A estimativa de custo para manter 130 novos geradores é de R\$ 800 mil; a estimativa de consumo de reagente para todo esse período é na média de 95 mil litros, com valor de R\$ 2,3 milhões, tendo um custo total de R\$ 3 milhões.

Como colocado aqui, facilmente você calcula o custeio fixo, porque já sabe qual é o salário, quanto gasta de combustível etc., e o reagente é o valor variável para baixo. Atualmente, para as Prefeituras e as empresas, mensalmente nós entregamos relatórios com o consumo real de reagente, e as Prefeituras e as empresas nos pagam pelo consumo real do reagente.

Atualmente, até o final de setembro nós vamos trabalhar com 75 geradores, e há mais 9 geradores dos tomateiros para instalar. E com a garantia de custo que nós temos, através de contratos fechados no início do ano com empresas, Prefeituras, agricultores individuais, possuímos recursos para manter esse sistema dentro dos padrões meteorológicos, mas com dificuldades financeiras.

Por exemplo, se a ampliação desse sistema ficar aprovada a partir de 1º de setembro, faltará R\$ 1 milhão para instalar e manter esse sistema com todos os recursos até final do ano 2013. Incluindo R\$ 230 mil do abastecimento inicial dos geradores, porque atualmente não tem produto para novos geradores e para a ampliação do projeto, em torno de R\$ 98 mil. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas*] Aqui nada foi falado a respeito de investimento porque durante todos esses anos nós temos equipamentos próprios suficientes - geradores, veículos, pessoal preparado. Por isso os investimentos, em torno de R\$ 350 mil, ficam por conta da nossa empresa, porque nós trabalhamos com equipamento próprio - R\$ 350 mil, mais ou menos.

Esta tabela (*aponta para a imagem*) de possível participação é muito discutida. Ela foi preparada como exemplo a pedido do pessoal, porque nesse assunto cada Prefeitura decide individualmente. Mas, com a nossa experiência, se for acontecer algum financiamento por parte do Estado, a participação ou a contrapartida das empresas agrícolas e das Prefeituras pode chegar a até R\$ 500 mil. Atualmente as Prefeituras, claro, participam muito mais. A Prefeitura de Videira tem contrato de 110 mil; a Prefeitura de Caçador tem contrato de 230 mil; a Prefeitura de Fraiburgo, 52 mil; e Rio das Antas, 67 mil. Cada Prefeitura participa no sistema dentro das suas possíveis lidades.

Desde início o nosso trabalho sempre teve grande preocupação com o meio ambiente. Qual o perigo deste reagente? Não tem perigo para o meio ambiente, para o ser humano, para os animais, para os microorganismos. Tem várias pesquisas no mundo que mostram que as quantidades que nós usamos desse produto são inofensivas para os microorganismos, para o ser humano, para os vegetais.

O meu colega fez pós-graduação aqui na universidade de Videira, com orientação da doutora Estela de Oliveira Nunes, especificamente para medir o aumento de concentração na água e no solo desse produto. E toda esta pesquisa, o trabalho de pós-graduação que foi feito, mostrou que realmente não acontece aumento; que a quantidade de iodo, de prata e de todos os produtos que nós usamos fica abaixo do mínimo permitido.

Aliás, em 2002 nós tiramos uma licença ambiental para dois anos junto à Fatma. Só depois, quando saímos para renovar essa licença, eles pesquisaram o assunto e falaram que como o nosso produto não fica na lista dos produtos perigosos não precisa de licença. Podemos tirar... já conversamos com a Defesa Civil aqui da região, senhor Anderson, e vamos, provavelmente com a Fatma, preencher o laudo deles. (*Palmas.*) (*Discurso com revisão do orador.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Russo. Vamos chamá-lo de Russo porque todos o conhecem assim. O Russo é a pessoa que entende do assunto, é um estudioso e vem, há muitos anos, fazendo esse trabalho.

Eu passo a palavra ao senhor Emerson Zanella, Prefeito de Caçador e Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp), representando os demais Prefeitos. [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*]

O SR. PREFEITO EMERSON ZANELLA (Macleira/SC) - Um bom dia a todos. (*Saúda os membros da mesa e os demais presentes.*)

Deputado, eu gostaria de falar da importância desta audiência pública sobre o sistema antigranizo. Sabemos da importância desse sistema, que tem protegido e defendido os agricultores; a nossa região também é bastante produtiva em hortifrutigranjeiros, e não só a agricultura, enfim, as cidades também defendem o antigranizo, sabem que o granizo causa vários problemas na agricultura e nas áreas urbanas.

Conhecemos esse sistema um pouco, através do trabalho que vem sendo realizado pelo Russo em toda a região. Então, em conjunto com a Prefeitura, com a Defesa Civil, com o Estado e com a

Acic - associação comercial -, eu acho que tem de se fazer um trabalho para prevenir o granizo, porque onde tem caído granizo tem causado muitos problemas; não só na agricultura, mas em todos os setores.

Então, reforço a importância desta audiência pública para debatermos o assunto, que com certeza será de grande proveito para todos nós.

Agradeço ao Deputado e ao Secretário por estarem hoje neste Município. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Francisco Stefanos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO REGIONAL FRANCISCO STEFANOS (Caçador/SC) - Desejo boas-vindas a todos em Caçador. *(Cumprimenta os membros da mesa e os demais presentes.)*

A respeito do granizo, somente quem passou por alguma dificuldade vai reconhecê-lo. Nos anos de 1990, eu me meti a plantar alho; em um ano o granizo liquidou toda a minha lavoura, não sobrou nada! Foi um desespero a hora em que eu cheguei e vi o jeito da minha lavoura. Eu não dependia daquilo para sobreviver, mas imagino a situação do agricultor que depende da safra para passar o ano, para a sobrevivência dele, o desespero que deve ser.

Por isso, eu vejo a importância desta reunião, desejo um bom trabalho a todos e acho que vai ser muito proveitoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Muito obrigado, Chico, pela presença e também agradeço-lhe por ceder este local para esta audiência pública; é o anfitrião da nossa reunião e do povo.

Neste momento, abro a palavra aos inscritos. Primeiramente, concedo a palavra ao senhor Albino Bongioiolo Neto, vice-presidente da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo.

O SR. ALBINO BONGIOIOL NETO - Boa-tarde a todos. Sou vice-presidente da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo, também trabalho na Fischer, e desde 1996 tenho convivido com o sistema de combate ao granizo. Então, gostaria de passar o meu testemunho para ajudar nesta discussão.

Desde 1996 a Fischer participa deste sistema de pagamento. Portanto, são 17 anos, e esse período mostra que nós acreditamos no sistema, senão já teríamos desistido há muito tempo.

É claro que não são os 100% que o Valeri colocou, são 70%; às vezes há situações que ainda são complicadas, às vezes tem situações que o radar não consegue detectar. Mas eu acho que realmente existe um efeito, tem-se um resultado, e a gente percebe...

Hoje, por exemplo, quem contrata seguro em São Joaquim paga 30% a mais na taxa do seguro do que em Fraiburgo. Todo ano o seguro tem um ajuste da taxa, dependendo da intensidade ou da frequência do granizo em determinada região. Se for ver com uma seguradora agrícola hoje, eles vão passar um valor, mas eu imagino que esteja na faixa de 30% mais caro em São Joaquim do que em Fraiburgo. Porém, acho que não tem tanta diferença da natureza entre os dois Municípios.

Outra questão é a da rede. Eu acho que realmente tem que ter um sistema; não se vai controlar o granizo individualmente, quanto maior for o polígono maior a chance de sucesso. Com o andar da carruagem, a gente foi ajustando algumas coisas. Por exemplo, em Fraiburgo a parte central sempre foi mais protegida do que Monte Carlo, do que esta região perto de Caçador, porque temos fazenda aqui perto do 26. Então, à medida que foi passando o tempo foi se agregando mais geradores na região justamente para proteger mais essas áreas.

No início a Associação encampava tudo isso, mas chegou a um ponto que esse trabalho foi sendo terceirizado e assumido pela AGF para poder vender serviços, porque, se você lembrar de Fraiburgo há 15 anos, hoje tem metade da área ou menos do que isso de maçã. Hoje acho que é só a Fischer que está pagando, né, Valeri? A Porto Belo foi adquirida pela Fischer; a Pomifrai foi incorporada na Renar; a Agrícola, que era uma empresa grande, praticamente acabou saindo de Fraiburgo - tem muito poucos pomares. Então, diminuí muito! Aquele efeito guarda-chuva do qual muita gente se beneficiava não existe mais.

Realmente, eu acho que deve haver mais participação das pessoas, com todo mundo agregando um pouco; as Prefeituras já participam, falta o governo do Estado, e realmente já foram realizadas várias tentativas - hoje eu conversei em Videira também. Mas na hora em que estava quase acertado, mudava o Secretário do Desenvolvimento Regional, entrava outro, e tinha que começar tudo de novo. Eu já acompanhei isso, juntamente com o Valeri. Porém, parece-me que desta vez a coordenação está melhor. Com a criação e o envolvimento da Defesa Civil, parece-me que agora existe a chance de isso ir para frente. Já escutei em Videira hoje e gostei das manifestações, tanto do Reno como do senhor Milton.

Então, vamos esperar e torcer para que as coisas engrenem realmente daqui para frente. É para o bem de todos! Com certeza, se tiver mais pessoas envolvidas, mais pessoas serão beneficiadas. Eu acho que esse é o ponto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Albino.

O próximo inscrito é o senhor Alcir Bodanese, Prefeito de Rio das Antas.

Aliás, quantos queimadores tu tens lá? Quantos geradores tens?

O SR. PREFEITO ALCIR BODANESE (Rio das Antas/SC) - Doze.

Na verdade, quero cumprimentar o Deputado Reno, toda a mesa e o nosso amigo Russo, com quem já encampamos várias defesas sobre este tema.

Há dois anos foi aprovado um projeto aqui na SDR, e eu vejo, Deputado, a dificuldade que nós temos... É muito importante, muito bonito fazermos hoje a audiência pública para levantar o problema que nós temos há muito tempo. Caçador foi castigado com pedreira, Rio das Antas e toda a nossa região, e quando existe uma catástrofe do tempo é que nós calculamos o prejuízo. Quando falamos em prevenção, não deveríamos medir esforços para que isso fosse colocado em prática. Nós temos uma solução, temos o Russo, que veio para o Brasil, principalmente para a nossa região, a fim de investir, de resolver um problema do tempo e não pensar em ganhar dinheiro, porque se fosse qualquer outra empresa estaria aqui falando em milhões, em bilhões para fazer um programa antigranizo.

Temos grandes empresas que vêm sofrendo dificuldades ano a ano, como o nosso colega já falou. Rio das Antas banca seis geradores, o que dá em torno de sessenta mil por ano. É um dinheiro que, se for considerar para o meu Município, que é pequeno, é bastante; mas, se for contar a prevenção que nós tivemos com esse sessenta mil, não é nada! Mas falta a parte do Estado, falta a parte da União, e isso tem que ter alguém que encabece. *[Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa]*. Eu tentei fazer a minha parte aqui, mas os meus pulos foram muito pequenos; eu não consegui chamar a atenção do Estado, do Ministério da Agricultura. E os valores que nós precisamos, não é dinheiro para o Estado, não é dinheiro para a União, mas para, nós, Municípios, e para os empresários é bastante!

Acredito que, talvez, que com esta demonstração de que o senhor está abraçando essa causa, e conheço a sua história por ser um Deputado atuante... Eu estava fazendo um cálculo: são 40 Deputados Estaduais, e se cada Deputado desse da verba do seu gabinete R\$ 1.000,00 por mês, o que não significa nada, teríamos aproximadamente R\$ 200 mil ao ano; e se cada Deputado Federal e Senador, que são em torno de 20, fizesse uma emenda de bancada de R\$ 100 mil, seriam mais dois milhões. E eu tenho certeza que, se uma bancada, representando uma região, chegasse ao Ministério com um projeto de três milhões, quatro milhões para prevenção, que a gente conseguiria esse dinheiro, porque falar em três milhões, quatro milhões para a União não é dinheiro!

Eu acho que está faltando isto Deputado, o senhor abraçar essa causa, levar para a Assembleia a importância de quanto o Estado vai ganhar com isso. O Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil estão aqui porque quando acontece desastre é uma loucura, e daí a Prefeitura, o Estado e a União gastam para recuperar aquilo que já estava pronto. Então, eu sou parceiro, e o que precisarem do nosso Município podem contar conosco.

Desejo-lhe sucesso, Deputado, e que o senhor tenha êxito até o final dessa caminhada. Isso aqui é um bom começo, mas somente isso não adianta, temos que chegar até o fim.

Conte conosco, tanto com o Prefeito, com o Vice-Prefeito, quanto com os Vereadores. Estamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Prefeito.

Realmente, essa missão não é minha, é nossa. Nós partimos de uma conversa amistosa com o Secretário, que tem todo interesse em nos ajudar. Mostramos para ele que eu recebi a visita do então Secretário da Agricultura de Caçador, que eu e o então Secretário estivemos com o senhor João Rodrigues, que eu tenho várias correspondências com o Secretário da Agricultura, mas não achávamos uma maneira viável e legal para isso. Então fomos conversar com o novo Secretário e mostramos a situação; o Russo foi conosco e apresentou o seu projeto, enxuto e viável - assim eu entendo Prefeito -; e estamos nessa luta porque queremos minimizar os prejuízos ao homem do campo.

Quero parabenizar a presença da senhora Rosecler Faoro, representando a Associação Comercial, porque isso também envolve o centro urbano, não somente o interior! A pedra de granizo não cai só na roça, ela cai nos telhados das casas da cidade. Então, é importante a participação da Associação Comercial, da CDL, dos clubes de serviço, dos sindicatos, das empresas, para acharmos uma maneira viável, que é aquilo que o Prefeito falou. Quanto mais pagar, menos custo para cada um; mas precisamos é minimizar isso. O custo benefício é de um por 24, é significativo! Nós não podemos deixar... o Secretário tem boa vontade. Já estivemos em Videira, pela manhã estivemos no Russo, estivemos no radar, e agora estamos aqui, por quê? Porque nós queremos achar um denominador comum, achar uma maneira de resolver isso.

Com a palavra o Vereador Neri Veزارo, representando o Vereador Carlos Evandro Luz, Presidente da Câmara de Vereadores de Caçador.

O SR. VEREADOR NERI VEZARO - Quero cumprimentar todos os presentes e em especial o nosso sempre guerreiro Russo, que sempre falava isso desde 1997, e era um pleito. Percorriamos as comunidades, principalmente da nossa região, o Bugre e a Serra Azul, e naquela época tirávamos R\$ 40,00 por ano. Mas conseguíamos sensibilizar os agricultores, as famílias, por quê? Porque era iminente. E cada chuva ou cada nuvem preta que se formava as pessoas ficavam com o coração na mão, principalmente deste tempo em diante, que é o da preparação das lavouras, e todos têm perspectiva de boa safra.

Deputado, desejo agradecer-lhe pela realização desta audiência pública e dizer que é através disto, das reuniões e da sensibilização da comunidade, que vamos conseguir recursos para a realização deste projeto, principalmente para a nossa região que é muito castigada pelos granizos.

Temos acompanhado isso através da AGF, os quais não desanimaram, têm persistido, mas têm dificuldades financeiras em manter esse projeto. E uma luz no fim do túnel apareceu quando começamos a entender a criação da Secretaria de Defesa Civil, Secretário Milton; percebemos também através da coordenação do Hamilton, que está conosco na Secretaria Regional e que prontamente se colocou à nossa disposição, inclusive para atender o Valeri e o João, que estão aqui, no sentido de dar informações e orientações de como encaminhar o projeto ao governo do Estado.

É com união que vamos conseguir fazer com que o projeto, que é de toda a região, envolvendo não só a Secretaria Regional de Caçador, mas as Secretarias de Campos Novos, de Videira e de Curitiba, atenda toda essa região que é castigada e seja realizado. E acredito, não sei quando, tomara Deus que venha logo, que o Estado também abrace essa causa.

O Deputado Reno falou que até o meio urbano, como a CDL, a Acic e a Ampe, se sensibilizou e custeou, através das entidades, alguns geradores que (não sei se ainda hoje estão mantendo eles) na época muito ajudaram a agricultura da região.

Nesse sentido, em nome da Câmara Municipal de Caçador, agradeço novamente a realização desta audiência pública. Espero que tenha resultados imediatos ou logo, e que o Secretário se sensibilize, principalmente o Secretário da Defesa Civil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Vereador Neri.

Com a palavra o próximo inscrito, o senhor Eduardo Scapinelli, Secretário Municipal de Agricultura de Caçador.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL EDUARDO SCAPINELLI (Caçador/SC) - Boa-tarde a todos. (Cumprimenta os membros da mesa e os demais presentes.)

Eu quero levantar alguns dados da agricultura principalmente do Município de Caçador, da importância da agricultura no nosso Município. Segundo dados do IBGE, em 2011 o Município gerou em torno de 87 milhões, a economia dos agricultores aqui do Município; em 2012, segundo a Secretaria da Agricultura e a Epagri, foi realizado um levantamento e somente as perdas relacionadas ao granizo somaram R\$ 1 milhão e 338 mil em perdas significativas contabilizadas no nosso Município. Isso é muito grande!

Esse programa é muito importante; mesmo não sendo tão eficaz, as perdas vêm diminuindo. Os agricultores contabilizam essas perdas, e não chega a isso na cidade. Então é interessante todos ficarem sabendo a respeito desse sistema. Também podemos analisar que o benefício não é somente para a agricultura, muito bem visado pelo Neri; a cidade é a grande beneficiada, pois temos mais de setenta mais habitantes e esse sistema protege todo o Município. A eficiência perante a agricultura não chega a 100%, como o senhor Albino disse, mas na cidade ele é muito importante. Sabe-se que o granizo fino não vai prejudicar as cidades daqui da região.

A Defesa Civil entra nesse papel para ajudar e não para colocar a conta simplesmente na agricultura. Todos os Secretários e todos os Prefeitos lutaram a fim de conseguir essa verba para que os geradores fossem mantidos. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt]

Eu queria agradecer, primeiramente, ao Reno pela disponibilidade, ao senhor Milton pela presença, e pedir que vejam com muito carinho a questão desses geradores para que toda a nossa região possa sofrer menos os danos do granizo.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Secretário.

Não é só o Secretário da Agricultura que tem que procurar junto ao Prefeito, o da Indústria e Comércio também tem que lutar pela sua área, pela sua Pasta! Lá também o prejuízo é grande, quando pega derruba alguns barracões.

Agora está inscrita a senhora Sandra Spautz Granemann, gerente de Planejamento e Avaliação da SDR de Caçador. Pedra no gado também faz mal, não é, Sandra?

A SRA. SANDRA SPAUTZ GRANEMANN - Faz.

Boa-tarde, Deputado. Em seu nome eu cumprimento as autoridades da mesa.

Deputado, a minha pergunta ao senhor Russo é um pouco mais técnica, por ter conhecimento de algumas questões atinentes ao antigranizo em outras localidades onde se questiona que o sistema causa modificação no período das chuvas, e então haveria uma redução desse período nas regiões que estão sendo abrangidas ou nas regiões periféricas. A minha pergunta é nesse sentido: o sistema faria essa diferenciação? Ele traria uma modificação para os períodos de chuvas ou não?

O SR. VALERI ILIINE (Russo) - No sistema antigranizo, como já falei, nós trabalhamos somente com nuvens muito fortes, com vento vertical forte. Por exemplo, hoje choveu, mas o sistema ficou desligado - somente de noite ficou ligado, quando tinha perigo de formar granizo. E vários estudos já realizados no exterior pelo Dessens, o nosso mentor desse sistema - cinquenta anos de trabalho -, mostram que quando os geradores funcionam aumenta a chuva em torno de 10% a 15%. A média é de 15%. Aumenta a chuva, não diminui a chuva.

Essa foi a base do início do nosso trabalho no ano passado. Nós fomos chamados por grandes empresas da Bahia, pela Agropolo, na Chapada Diamantina, onde há três anos já sofrem pela seca. Instalamos quarenta geradores, com polígono de 200 mil hectares, na nascente do rio Paraguaçu a fim de encher a Barragem do Apertado, fonte de irrigação para essas grandes empresas. Conseguimos lá, comprovadamente, um aumento de precipitação de 10,8% até abril. Atualmente, a partir de abril até janeiro, ela fica parada porque não tem nuvens, mas provavelmente em janeiro vamos voltar de novo a trabalhar para aumentar a precipitação.

(O senhor Milton Hobus, Secretário de Estado da Defesa Civil, manifesta-se fora do microfone: "Em vez de diminuir, aumenta a chuva?")

Aumenta a chuva em torno de 15%. Sobre isso já tem trabalhos publicados. Aliás, em 2001 nós realizamos também um trabalho para a Sabesp, no inverno, quando houve grande seca em São Paulo, a fim de aumentar o nível dos reservatórios de Guarapiranga e de Guarujá, no litoral. O governo do Estado de São Paulo nos chamou e financiou o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Obrigado, Russo.

Não tendo mais inscritos, passamos a palavra ao Secretário porque queremos escutá-lo, essa é a grande verdade.

Com a palavra o senhor Milton Hobus, Secretário de Estado da Defesa Civil.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO MILTON HOBUS - Muito boa-tarde a todos e a todas. A gente fica feliz de todos estarem aqui; esse é o motivo da audiência.

Desejo cumprimentar o Deputado Reno, a quem agradeço pelo convite; o nosso Secretário Regional, o Chico; o Prefeito Emerson... já estivemos juntos na quinta-feira, em Videira - eu já estou vindo várias vezes para cá. A nossa missão, a da Defesa Civil... havia feito já uma reunião em Videira também sobre a questão do granizo, e combinamos fazer, no futuro, uma audiência pública, o que o Deputado fez acontecer agora, tanto hoje de manhã em Videira como aqui em Caçador. Também desejo cumprimentar o senhor Valeri, que esteve conosco no início deste ano nos apresentando o projeto junto com lideranças aqui da região.

Quero dizer para vocês que Santa Catarina tem muita coisa boa, uma diversidade fantástica. É um Estado que do oeste ao litoral produz riquezas enormes com tanta dificuldade, mas também é um Estado que está numa rota de fenômenos climáticos adversos que faz com que Santa Catarina seja, de fato, um Estado com iminência de desastres naturais muito grandes. Isso acontece há décadas.

Eu até tenho a apresentação de alguns desastres, para vocês verem. Mostra também como o Estado de Santa Catarina está se preparando para enfrentar isso.

Então, na verdade, o Governador Raimundo Colombo, a partir de 2011, quando assumiu, transformou a Secretaria de Estado da Defesa Civil; era um departamento e transformou em Secretaria de Estado. Além disso, criou um fundo específico para a Defesa Civil, que é um percentual do ICMS arrecadado na importação feita pelos portos catarinenses, porque Santa Catarina se transformou, hoje, num grande centro logístico de importação. Isso garante uma receita continuada para que a Defesa Civil, de fato, possa fazer um trabalho de prevenção e também de recuperação de desastres, estando próxima à população, que é a determinação do nosso Governador.

O Estado tem que estar presente para ajudar a minimizar os problemas através da ação preventiva e tem que estar presente quando os desastres acontecem. Isso nós passamos a exercitar a partir deste ano, com toda a estruturação que a Defesa Civil está fazendo no nosso

Estado. Está em curso o maior programa de prevenção de desastres da história de Santa Catarina, o maior investimento sendo realizado dentre todos os Estados brasileiros neste momento, por uma decisão do Governador de não ficar esperando os próximos desastres e, de fato, de enfrentá-los.

(Procede-se à apresentação de vídeo institucional contendo desastres naturais.) [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] [Revisão final: Denise Videira Silva]

Passei esse vídeo para que vocês saibam que se o Estado procurar ações preventivas para fazer em todas as áreas, vai encontrar.

Hoje, nos nossos 295 Municípios, temos pessoas correndo risco de morte a cada enxurrada, pessoas vivendo em área de risco, problemas enormes em todas as áreas, como deslizamento, etc., e até estiagem, que é uma coisa que preocupa muito, e até hoje as ações desenvolvidas ajudaram, mas foram muito pontuais e de curto prazo.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Defesa Civil, por determinação do nosso Governador, está equipando os 295 Municípios catarinenses para estarem ligados a um novo momento de informação preventiva de desastres através de um centro de monitoramento e alerta que está sendo montado em Santa Catarina, que conta com investimentos em alta tecnologia, inclusive com aquisição de radar meteorológico de última geração e outros equipamentos, *softwares* que vão trabalhar as informações unindo todas as centrais meteorológicas do Estado e fazendo com que essa informação chegue ao cidadão. Isso estará concluído até o próximo ano e será um grande avanço na prevenção, já que os recursos da Defesa Civil obrigatoriamente têm que ser utilizados para prevenção de desastre e recuperação de desastre.

Então estamos desenvolvendo várias ações em parceria com os Municípios, como desassoreamento de rios, que normalmente transbordam. Aqui em Caçador o nosso coordenador da Defesa Civil estava nos mostrando que tem um assoreamento grande, assim como em muitos outros lugares; Camboriú sofreu duas enchentes este ano em função de rios assoreados, que por mais de vinte anos não foram limpos. Temos problemas de toda ordem, é só analisarmos cada cidade do oeste ao litoral.

Por isso o trabalho requer um plano de aplicação adequado para que a gente possa ser o mais justo possível na aplicação do recurso público, fazendo com que ele chegue naqueles que mais precisam, que são as pessoas que mais sofrem em cada desastre.

Quando nos foi apresentada a proposta, levamos ao conhecimento do Governador, que nos pediu que estudássemos a possibilidade de o Estado participar. Primeiro existia a dúvida de que esse sistema antigranizo protegeria principalmente a propriedade particular dos produtores, mas quando se trata de uma região específica como esta, que possui o maior índice de granizo do nosso Estado em função da rota climática em que se encontra, o problema já passa a não ser de defesa de um particular e, sim, do coletivo, porque nós temos aqui quase três mil famílias que vivem da agricultura familiar. Então, passa a ser um caso de interesse de todos, e foi dessa forma que levamos ao Governador.

Eu disse a ele que iríamos sentir das comunidades o interesse - e hoje pela manhã já tivemos uma reunião muito proveitosa em Videira -, sentir da sociedade organizada. Por esta razão, eu queria fazer a primeira pergunta: todos que estão aqui têm a convicção de que o sistema antigranizo é uma coisa que tem ajudado e que ajuda o agricultor? Pode levantar a mão quem está de acordo com isso? *(Todos os presentes levantam a mão.)* Todos têm essa consciência.

Uma vez instalando isso, sabe-se que todos passarão a ter retorno. É como a questão dos impostos, ou seja, quando muitos sonogam e poucos pagam, o imposto fica muito pesado; para quem paga imposto hoje no Brasil a situação não está fácil, mas se todos pagassem, talvez o imposto fosse menor. O volume de sonogação infelizmente ainda é muito grande, até em função desse custo Brasil famigerado.

Então a ideia que foi colocada aqui é que se a gente ampliar a área de cobertura desses aparelhos, primeiro que nós vamos melhorar a eficiência geral, do sistema; segundo que nós vamos beneficiar mais comunidades agrícolas que hoje não estão sendo beneficiadas. Então é algo que diz respeito a todos os Municípios, ao Estado e aos produtores.

Afirmo que o Estado tem interesse em participar, eu posso garantir a vocês que ele vai participar, já é algo que nós havíamos discutido com o Governador, mas nós achamos justo que todos participem, principalmente pela distância que nós estamos hoje da resolubilidade para tantos problemas de desastre que temos em Santa Catarina e para os quais temos que avançar mais rápido. Nós precisamos fazer coisas de uma só vez e não repetir todos os anos, não estar juntando os cacos cada vez que acontece um desastre e gastando dinheiro, mas fazer as obras preventivas para proteger o cidadão, e uma ação dessas vai se tornar muito mais eficaz e muito mais duradoura se cada um de nós fizer a sua parte, se cada propriedade rural que tiver um volume de plantio fizer parte desse sistema.

A forma de fazer isso vocês vão decidir aqui, mas que ela seja a mais democrática possível, com os nossos Secretários Municipais de Agricultura ajudando, as SDRs ajudando, os Prefeitos ajudando, porque todos têm interesse nisso. O movimento econômico dos nossos pequenos Municípios - e o nosso Estado é formado na sua maioria por pequenos Municípios... Eu, particularmente, como um estudioso de macroeconomia, como empresário, como ex-Prefeito nos últimos anos da cidade de Rio do Sul, ganhando todos os prêmios de gestão pública que um Prefeito pode ganhar de eficiência, etc., confesso que sou cético e posso afirmar que se não mudar esse sistema, o destino dos nossos pequenos Municípios brasileiros, não só os de Santa Catarina, é a falência, é não ter mais capacidade de pagar a folha de pagamento. Esse é o destino para o qual os Municípios estão indo.

Então todos nós temos que lutar para que não haja desperdício, para que a propriedade do nosso agricultor seja protegida a fim de que ele possa, de fato, ganhar dinheiro, continuar produzindo, gerar riqueza, pois assim o Município ganha, o Estado ganha e a população ganha. Então, como a probabilidade de retorno aqui é 1 para 24, se cada agricultor participar com o seu quinhão nessa divisão, fica mais barato para todo mundo. Hoje tem agricultor que está pagando o seu gerador sozinho, e isso não é justo, porque num raio próximo está ajudando talvez um vizinho que não está pagando nada.

Em tudo o que a gente faz tem que ter o sentimento de justiça. É isso que move todas as decisões do nosso Governador e eu sou assim também, sou prático e não vim aqui para enrolar ninguém, por isso as respostas a essas perguntas para mim são importantes.

Todos vocês que estão aqui, que representam agricultores, Prefeituras, todos estão disposto a participar da divisão desse bolo, de uma forma coerente e correta? Sim ou não? *(Poucos levantam a mão)* [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Deputado Reno, eu queria, de forma muito prática, fazer a que fizemos hoje pela manhã lá em Videira: que os Prefeitos aqui presentes - e os que não estão -, juntamente com a Associação dos Municípios da região, com a SDR - assim como a SDR de Videira também ficou lá responsável por isso -, façamos um levantamento das propriedades agrícolas produtivas na área de abrangência dessa Associação de Municípios e da SDR e que os agricultores sejam chamados, bem como a Epagri, que pode nos ajudar muito nisso. Já começou a época do granizo, e eu, na quarta-feira pela manhã, tenho um encontro com o Governador e vou levar o sentimento desta audiência e da audiência de Videiras e todos os dados.

Se nós não tivermos recursos suficientes na Secretaria de Estado da Defesa Civil, mas parte dele, temos que ajudar. Vou colocar à disposição e vou pedir ao Governador para que se ache um número para poder oferecer a vocês como ajuda do Estado até 31 de dezembro de 2014 para termos algo consistente, não só para dois, três meses, mas para que se possa ter uma perspectiva de um ano e meio, que é o tempo do Governo que aí está. Esperamos que possa continuar, mas pelo menos até esse período esperamos ter esse compromisso firmado. Nós podemos fazer isso da forma mais rápida possível. O tempo para nós oficializarmos isso é o tempo que vocês levarão para fazer esse levantamento.

Da nossa parte vai ser objetivo. Na quarta-feira eu já vou conversar com o Governador e nós, fazendo esse levantamento e chegando a essa equação do número das partes das empresas, dos produtores, das Prefeituras e do Estado, poderemos colocar em prática esse projeto. Não vejo muita dificuldade nisso.

O que eu tinha para dizer para vocês era isso. Já existe um sentimento do Governador e ele disse que se isso fosse uma prioridade, se isso de fato ajudasse, o Estado tinha que estar presente. Ele tem essa sensibilidade.

Vocês ou alguns, em algumas regiões, tocaram isso meio que sozinhos, no peito, como o representante da Fischer colocou aqui. Existe agora um alento, por parte do Estado, e com certeza vai ser um valor bastante significativo diante do que foi apresentado aqui. Eu acho que vale a pena se fazer um esforço e buscar que todos os interessados participem disso.

O SR. JEAN CARLOS RIBEIRO - Secretário, só uma questão. O senhor falou dos agricultores, acho que devemos envolver a Acic e a Amarp.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL MILTON HOBUS - (SC) - Todos, todos

O SR. JEAN CARLOS RIBEIRO - Eu vou defender a minha Secretaria, que é a de Gerência e Agricultura porque os agricultores já vem de safras... o exodo rural é muito grande. Então, se você propor, eu acho que temos que reunir toda a sociedade. Então, eu acho que nós temos que envolver a nossa sociedade que também são beneficiados desses benefícios.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL MILTON HOBUS (SC) - O Deputado Reno já tinha colocado isso e acho oportuna a sua colocação. Isso é algo de interesse de todos. Se todos ajudarem um pouquinho, o fardo vai se tornar mais fácil para levar. Se conseguirmos arrumar mais recursos, o Estado faz a sua parte, e conseguirmos proteger melhor a região como um todo, já que esse é o objetivo do projeto, já que esta é uma região duramente afetada com isso.

Então, tem aqui o compromisso do governo do Estado. Eu vou levar esse sentimento para o Governador, foi isso que combinamos e, a partir daí, nós ficamos aguardando o posicionamento de vocês.

Nós precisamos saber quantas propriedades, quantos

plantam, qual é o lugar, tudo direitinho, para que possamos firmar isso em forma de contrato e podermos medir isso também, porque todo o dinheiro público que é colocado em alguma ação, deve ter o ser retorno medido. O dinheiro não pode sair da mão assim e a gente não saber onde é que ele foi parar. O retorno disso tem que ser em melhoria da produtividade, em mais renda para o produto, em mais receita para os Municípios, para o Estado e por aí afora. Eu acho que esse é o objetivo de todos nós.

Eu queria agradecer muito a oportunidade e a presença de todos. De forma bastante objetivo fizemos a nossa participação e estou muito feliz.

Quero também agradecer ao Deputado Reno que me procurou e fomos bastante solícitos em marcar essas audiências. Eu já tinha assumido esse compromisso com o senhor Valeri e com a região de estudarmos o assunto e o Governador já sabia disso também. Estaremos prontos para que possamos colocar tudo em prática.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Secretário, queremos mais uma vez agradecer a sua pronta atenção a nossa região, e são duas regiões cruciais aqui.

Quero agradecer ao nosso amigo Russo. O Russo é um lutador, e é claro que ele faz a apresentação, monta o esquema e é o homem em que nós temos que confiar. Os depoimentos que nós ouvimos hoje aqui e os depoimentos de Videira não tiveram nenhum que não fosse positivo; alguns um pouquinho mais outros um pouquinho menos, mas todos acham que é importante e que devemos prosseguir nesta caminhada.

Por isso quero agradecer representantes dos Municípios participantes: Lebon Régis, Caçador, Márcio Costa, Macieira e Rio das Antas, infelizmente Calmon e Timbó Grande não puderam comparecer, mas eu vou solicitar à SDR de Caçador que comunique aos Prefeitos e aos Secretários de Agricultura desses Municípios o que ocorreu aqui.

Será elaborada uma ata pela taquigrafia sobre essa reunião que vou repassar às Secretarias e às Prefeituras. Eu queria agradecer à equipe da Assembleia, bem como à equipe da Comissão de Defesa Civil que prontamente está aqui.

Eu agradeço a presença de todos. Obrigado de coração, porque nós queremos que o problema seja resolvido o mais breve possível.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL MILTON HOBUS (SC) - Eu vou pedir, Deputado, para passar o vídeo da Defesa Civil que está sendo mostrado em rede estadual que diz o seguinte: "Nós não podemos mudar o passado, mas podemos prevenir o futuro", que é isso o que nós estamos fazendo aqui.

(*Procede-se à apresentação do vídeo institucional.*)

Então vamos colocar o granizo no Pacto também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - O Chico quer dar um recadinho só.

O SR. FRANCISCO STEFANES - Nós vamos ter a reunião do Conselho, possivelmente quinta-feira e gostaríamos que todas as entidades estivessem presentes, ou seja, os Municípios, os Secretários de Agricultura dos Municípios, Acic, pois de lá já deveremos sair com uma data para uma reunião a fim de tentarmos chegar a um denominador comum para resolvermos esse problema.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Reno Caramori) - Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública. [*Taquigrafa-Revisora e leitura final: Almerinda Lemos Thomé.*] [*Revisão Final: Iwana L. Lentz*]

**DEPUTADO ESTADUAL RENO CARAMORI
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CABO DE FIBRA ÓPTICA ENTRE O PALÁCIO BARRIGA VERDE E O MORRO DA CRUZ, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS, A FIM DE VIABILIZAR A TRANSMISSÃO DO SINAL DIGITAL ABERTO DA TVAL.

DATA: 26/11/2013 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 26 de novembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 4 de novembro de 2013.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2489, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LOURDES TERESINHA SILVY CASTRO**, matrícula nº 6922, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2490, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANDRE BOGER E SILVA**, matrícula nº 5669, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2491, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR BENTO FRANCISCO SILVY, matrícula nº 4925, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - Vitor Meireles).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2492, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOAQUIM LUIZ NESI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - Gravatal).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2493, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CHARLES EVERSON NICOLEIT**, matrícula nº 5973, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2494, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CHARLES EVERSON NICOLEIT, matrícula nº 5973, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2495, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIA PEDROSO ZANATTA, matrícula nº 7390, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 17 de outubro de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2496, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JORGE SERGIO TURATTI**, matrícula nº 3025, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-84, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de outubro de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2497, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JORGE SERGIO TURATTI, matrícula nº 3025, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-86, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 17 de outubro de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2498, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MAURO VIVAN**, matrícula nº 6830, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de novembro de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2499, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDSON ADILIO MALACARNE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6929, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2500, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDSON ADILIO MALACARNE DE OLIVEIRA, matrícula nº 6929, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta - Chapecó).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2501, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DAIANA GARCIA BAGGIO**, matrícula nº 6571, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2502, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DAIANA GARCIA BAGGIO, matrícula nº 6571, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta - Campos Novos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2503, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DAISON SCHEFFER CARDOSO**, matrícula nº 5042, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Silvio Dreveck).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2504, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DAISON SCHEFFER CARDOSO, matrícula nº 5042, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Silvio Dreveck - Sombrio).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2505, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FELLIPE VIEIRA BENEDET**, matrícula nº 6513, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2506, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FELLIPE VIEIRA BENEDET, matrícula nº 6513, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Silvio Dreveck - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2507, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCOS BOETTCHER**, matrícula nº 7462, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2508, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **ALEXANDRE MELO**, matrícula nº 2125, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia de Seção - Serviços Gráficos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MAURECI VIEIRA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 4 de novembro de 2013 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2509, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **MARLI LIMA BARROSO**, matrícula nº 1132, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, THESSALIA MAY RODRIGUES, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 60 (sessenta) dias, a contar de 21 de outubro de 2013 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2510, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR a servidora **LISE HELENA VAUCHER PAIM**, matrícula nº 7180, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria técnica-administrativa - Atendimento a Pesquisa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARLI LIMA BARROSO, que se encontra substituindo a Gerente do Centro de Memória por 60 (sessenta) dias, a contar de 21 de outubro de 2013 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2511, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce

Atividade Parlamentar Externa, a contar de 1º de novembro de 2013.

Gab Dep Darci de Matos

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6879	VERA LUCIA DE OLIVEIRA VIEIRA	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2512, de 31 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gab Dep Jean Kuhlmann **MOACIR VOGEL**, matrícula nº 155.949-4-02, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2332/2013, de 23 de outubro de 2013, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/11-2, a contar de 31 de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2513, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANTONIO BELLO JUNIOR para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andrino - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2514, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Ismael dos Santos **LILIAN DANIELE ADUR WOGGINAKI**, servidora da Prefeitura Municipal de Três Barras, colocada à disposição na Assembleia Legislativa, no período de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, em atividade interna.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2515, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **ELIANE REGINA CORREA DE MATTOS**, matrícula nº 0711, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor Legislativo, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSE ALBERTO BRAUNSPERGER, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 3 de outubro de 2013 (DL - Diretoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2516, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **FABIANE MARTINS**, matrícula nº 7457, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2517, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARISTILIANO LOSCHNER**, matrícula nº 6527, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de novembro de 2013 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2518, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSÉ ALTAIR PESCHISKI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Serafim Venzon - Campo Alegre).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2519, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ODILSON VICENTE DE LIMA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2520, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, na Coordenadoria de Tesouraria, a contar de 1º de novembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2521, de 4 de novembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 034/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
3748	Evandro Carlos dos Santos	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	
1039	Victor Inácio Kist	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 363/2013

Autoriza a doação de imóvel no Município de Abdon Batista.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Abdon Batista o imóvel com área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 15.570 no Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos e cadastrado sob o nº 03367 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e regularizar a atual ocupação por parte do Município de Abdon Batista.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel; e

II - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 6º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 412/2013

Autoriza a doação de imóvel no Município de Coronel Freitas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Coronel Freitas o imóvel com área de 503,24 m² (quinhentos e três metros e vinte e quatro decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 41.804 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00155 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel por parte do Município de Coronel Freitas e dar continuidade aos serviços de saúde.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 427/2013

Autoriza a doação de imóvel no Município de Dona Emma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Dona Emma o imóvel com área de 400,75 m² (quatrocentos metros e setenta e cinco decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde funciona uma Unidade Básica de Saúde, matriculado sob o nº 12.001 no Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama e cadastrado sob o nº 02194 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0003.1/2013

A Proposta de Emenda à Constituição nº 0003.1/2013 passa a tramitar com a seguinte redação:

"PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0003.1/2013

Dá nova redação aos arts. 40, incisos XXIII e XXIV, 44, § 2º, 54, § 4º, e 68, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, para abolir o voto secreto das deliberações da Assembleia Legislativa.

Art. 1º Os arts. 40, incisos XXIII e XXIV, 44, § 2º, 54, § 4º, e 68, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40

.....

XXIII - aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha dos:

.....

XXIV - destituir, por deliberação da maioria absoluta, na forma de lei complementar, o Procurador-Geral de Justiça;

..... " (NR)

"Art. 44.

.....

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

..... " (NR)

"Art. 54

.....

§ 4º O veto será apreciado pela Assembleia Legislativa dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.

..... " (NR)

"Art. 68

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões

Deputado José Nei Alberton Ascari

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 30/10/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 30/10/13

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0003.1/2013

Dá nova redação aos arts. 40, incisos XXIII e XXIV, 44, § 2º, 54, § 4º, e 68, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, para abolir o voto secreto das deliberações da Assembleia Legislativa.

Art. 1º Os arts. 40, incisos XXIII e XXIV, 44, § 2º, 54, § 4º, e 68, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40.

.....

XXIII - aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha dos:

.....

XXIV - destituir, por deliberação da maioria absoluta, na forma de lei complementar, o Procurador-Geral de Justiça;

.....

Art. 44.

.....

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

.....

Art. 54.

.....

§ 4º O veto será apreciado pela Assembleia Legislativa dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.

.....

Art. 68.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***